



European Year of Workers' Mobility 2006



M
I
N
E
M

R
E
S
E
A
R
C
H



Migration Flows in Macedo de Cavaleiros Council – Bragança District –

Research by Instituto Politécnico de Bragança

Collaboration of Agência de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro and Macedo de Cavaleiros Municipality



Wojewódzki
Urząd
Pracy
w Krakowie



Project part-financed by the European Union – European Year of Workers'
Mobility 2006



ÍNDICE SUMÁRIO EXECUTIVO

	Pág.
SUMÁRIO	3
1. O Problema	4
2. Objectivos da pesquisa	4
3. Variáveis da pesquisa	4
4. Importância da investigação	5
5. Metodologia	5
5.1. Instrumentos de recolha de dados	6
6. Conclusões	6
7. Recomendações	8

SUMÁRIO

O principal objectivo deste trabalho foi uma investigação sobre a problemática fluxos migratórios no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, cuja abordagem permitiu analisar as actuais tendências migratórias e os impactos sócio-económicos que as mesmas têm no referido concelho, mas também reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes desta região.

Foi utilizada como metodologia o método de medida ou de análise extensiva, uma vez que este método nos permitiu uma análise rica e ampla e abarcar muitas coisas de uma só vez, na medida que ao inquirir populações em situações reais foram obtidos dados que, numa análise, *à posteriori*, nos permitiu tecer considerações finais.

Como procedimento de recolha e análise de dados foram usadas técnicas de pesquisa diversificadas, através de uma observação não participante, tendo sido.

- Elaborados e aplicados cinquenta inquéritos por questionário e;

- Elaborada e aplicada uma entrevista formal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, pois a integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, tendo sempre presente a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

A pesquisa documental permitiu elaborar o quadro teórico que esteve na base deste estudo.

O tratamento estatístico da informação foi feito com base nos dados recolhidos, sendo feita uma análise quantitativa e qualitativa dos mesmos.

As dinâmicas demográficas reflectem processos de natureza muito distinta. Transformações na economia ou na família, nas acessibilidades ou no estilo de vida nas condições de saúde ou na esfera política, induzem, de imediato ou de forma retardada no tempo, alterações significativas no modo com as populações evoluem demograficamente. É, pois, uma relação dialéctica a que se estabelece entre as dinâmicas demográficas e os vários sistemas, sociais, culturais, económicos, e políticos, que se integram.

1. O Problema

Em que medida é que os fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros são um factor de desenvolvimento local/regional?

Esta interrogação coloca algumas questões, cuja abordagem nos irá permitir tirar algumas conclusões sobre os impactos económicos, sociais e culturais que os fluxos migratórios têm, na área que se pretendeu estudar.

Assim:

- Será que os fluxos migratórios na área em estudo, no interior do país, mais concretamente no Nordeste Transmontano, apresentam as mesmas características de outras regiões?

- Que factores foram determinantes para que esses fluxos acontecessem?

- Será a língua do país de acolhimento factor determinante para uma integração social plena dos migrantes?

- Até que ponto poderão as diferentes formas de discriminação (étnica, social, cultural, económica) contribuir para um retorno dos migrantes ao país de origem?

- Com poderão as instituições locais minimizar os efeitos de constrangimento das populações migrantes?

- Que impactos económicos terão as poupanças dos migrantes quer a nível local quer no seu país de origem?

2. Objectivos da pesquisa

- Analisar as actuais tendências migratórias e os impactos sócio-económicos que as mesmas têm no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança;

- Reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes dessa região.

3. Variáveis da pesquisa

As variáveis da pesquisa foram classificadas em:

- Variáveis biográficas como a idade, o sexo, o estado civil, as condições sociais, o agregado familiar, as habilitações académicas;

- Variáveis independentes, consideradas como activas ou condicionantes, como razões que levaram à e/imigração, razões da escolha do país de acolhimento, dificuldades sentidas nesse

país, apoios locais para a integração na sociedade, aplicação das poupanças, políticas nacionais e/ou regionais de promoção de integração, tipo de trabalho realizado;

- Variável resultado, Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança, conotada como um ponto de referência/interferência ou condicionamento ditado pelas variáveis independentes.

4. Importância da investigação

A sangria populacional sistemática devida às migrações internas ou para o estrangeiro afectou uma grande parte dos concelhos do interior, que se transformaram em áreas de repulsão e que apresentam quebras acentuadas das taxas de mortalidade e de natalidade, pois os que saem são sobretudo os mais jovens, em plena força de trabalho. São regiões praticamente desertas e profundamente envelhecidas, onde as fracas acessibilidades condicionam a implantação de sectores que promovam o desenvolvimento regional e as transformem ainda mais em zonas periféricas e pouco atractivas.

Como é que estas regiões sobrevivem? O que é que existe nelas que determine que sejam procuradas ou cada vez mais abandonadas? Como reage o poder local? Que estratégia de desenvolvimento tenta implementar quando define as suas políticas sociais que pretendem dar cada vez mais qualidade de vida aos seus cidadãos?

Para obter repostas será necessário indagar junto das populações o que sentem, o que desejam, como gostariam que tivesse sido.

Portugal, em toda a sua história, foi sempre um país exportador de gente, por razões de natureza económica, de natureza social. Mas a partir dos anos 90, a tradição altera-se e um país de emigrantes transforma-se num país de imigrantes, recebendo africanos, brasileiros, imigrantes dos países de Leste, cujo impacto na realidade sociocultural portuguesa é profunda.

É preciso criar e pensar as políticas de integração destes cidadãos que deram um novo impulso a uma renovação etária da população, com reflexos a nível nacional e regional.

É neste contexto que se torna importante estudar a nível local, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, os impactos desta problemática, verificando como é que estes fluxos contribuíram ou não para um desenvolvimento local.

5. Metodologia

Foi utilizada como metodologia o método de medida ou de análise extensiva.

A amostra do estudo foi limitada, tendo a recolha de dados, quantitativos e qualitativos, recaído em cinquenta e um inquiridos, seleccionados entre os migrantes do concelho (um total de vinte e quatro emigrantes e de vinte e sete imigrantes) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

5.1. Instrumentos de recolha de dados

Como procedimento de recolha e análise de dados foi utilizada uma observação não participante, tendo sido:

- Elaborados e aplicados cinquenta e um inquéritos por questionário e;
- Elaborada e aplicada uma entrevista formal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros,

A pesquisa bibliográfica permitiu construir o quadro conceptual de apoio.

Os inquéritos por questionário foram elaborados com perguntas de escolha múltipla com mostruário, de forma a possibilitarem uma análise quantitativa/qualitativa.

A aplicação foi feita por administração directa, durante o mês de Outubro de 2007.

A entrevista foi uma entrevista estruturada, focalizada, que seguiu um roteiro previamente estabelecido com perguntas pré-determinadas.

A entrevista foi feita ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, no final do mês de Outubro de 2007 e constituiu um *corpus* de duas páginas.

6. Conclusões

A pesquisa sobre o tema Fluxos Migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Distrito de Bragança, permitiu algumas conclusões, que foram fruto da apresentação e análise dos resultados que seguiu o modelo proposto nas questões formuladas, nos objectivos definidos, na análise das variáveis, no tratamento dos dados obtidos pelas respostas aos inquéritos e à entrevista, bem como no quadro conceptual construído a partir do enquadramento teórico.

Em síntese:

- Pela análise teórica apresentada, os fluxos migratórios na área em estudo, apresentam, grosso modo, as mesmas características de outras regiões do País;
- A maioria dos migrantes era do sexo masculino;
- A idade média dos emigrantes era superior à dos imigrantes;
- O maior número dos emigrantes tinham a mesma idade que o maior número dos imigrantes, quando migraram;
- Os imigrantes constituíam uma população mais jovem;

- A percentagem dos emigrantes casados era superior à dos imigrantes;
- A percentagem dos emigrantes solteiros era metade da dos imigrantes;
- Predominam os casados nos dois grupos em análise;
- A maioria dos imigrantes é proveniente do Brasil.

Seguem-se os provenientes dos países de Leste (Polónia, Roménia, Macedónia, Ucrânia) e, em último, os provenientes de África (Marrocos e Guiné Bissau);

- Os emigrantes saíram de Portugal com menos idade (20 anos) do que os imigrantes dos seus países de origem (26, 27, 30 anos), mas em ambos os grupos predominam os jovens;

- O agregado familiar dos emigrantes é constituído por mais elementos que o dos imigrantes (3,25 vs 2, em média);

- A maioria dos emigrantes apresenta habilitações académicas baixas, enquanto que os imigrantes apresentam qualificações superiores, o que torna a sua mão-de-obra mais qualificada;

- As razões que levaram os migrantes a deslocar-se são, sobretudo, ou quase só de natureza económica;

- O principal País de destino dos emigrantes foi a França, seguido da Espanha. O menos procurado foi a Arábia Saudita;

- As principais razões da escolha desses países, para os emigrantes, e de Portugal para os imigrantes, prenderam-se com o terem familiares ou amigos a viverem lá e cá e por essa razão emprego pré-determinado;

- O processo de deslocação foi, nos dois casos, feito de forma legal, apenas cinco emigrantes e quatro imigrantes reconhecem que o fizeram ilegalmente;

- As maiores dificuldades sentidas foram em legalizar a sua situação, quer nos que saíram quer para os que entraram;

- Apenas os imigrantes sentiram dificuldades de discriminação de natureza étnica e o facto de não encontrarem trabalho nas suas áreas de formação;

- A língua do país de acolhimento não é factor determinante para uma integração social plena dos migrantes;

- A discriminação étnica, social, cultural e económica não é considerada condicionante para um retorno dos migrantes ao país de origem;

- Os emigrantes foram apoiados por uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS) e a maioria dos imigrantes pela Autarquia e por uma Associação Desportiva;

- As instituições locais tentam, com os meios que têm ao seu dispor, minimizar os constrangimentos das populações migrantes;

- O trabalho realizado no País de acolhimento pelos diferentes migrantes é predominantemente na construção civil;

- As poupanças obtidas pelos emigrantes são depositadas no banco e algumas na aquisição de imóveis, quase sempre investidas no País de origem. Apenas um emigrante investiu numa empresa que criou postos de trabalho;

- As poupanças dos imigrantes são também depositadas no banco, algumas enviadas à família. Uma grande parte diz investir no País de origem e também no País de acolhimento. Apenas dois imigrantes investiram numa empresa que criou postos de trabalho;

- O impacto económico do investimento das poupanças dos migrantes é apenas a nível local. As poupanças não têm expressão a nível do investimento, apenas servem para atenuar as dificuldades económicas do agregado familiar dos migrantes;

- Só metade dos migrantes tem conhecimento da existência de políticas nacionais e ou regionais de promoção de integração dos imigrantes;

- O tempo que cada um dos emigrantes pensa ou pensou trabalhar no País de acolhimento é variável, uns pretendiam ficar para sempre ou até à reforma, mas a maioria tem vontade em regressar à sua terra;

- Alguns imigrantes pensam trabalhar em Portugal cerca de trinta anos, mas a maioria quer regressar às suas origens. Só um quer ficar, para sempre, em Portugal;

- Os emigrantes regressarão quando tiverem a reforma ou no fim do contrato;

- Os imigrantes regressarão quando tiverem algum dinheiro, ou então por causa da família.

7. Recomendações

Recomenda-se quer a nível nacional, mas sobretudo a nível local/regional, onde se insere a pesquisa que:

- Se promovam debates sobre a integração laboral e social e a gestão da diversidade nos contextos de trabalho e integração na sociedade.

As empresas que apresentam boas práticas de integração dos estrangeiros nas políticas de responsabilidade social devem dar o seu contributo para esse debate;

- Seja criado um programa de apoio aos doentes que tenha como objectivo dar resposta de acolhimento e apoio financeiro à saúde (Bolsas de Saúde);

- Se desenvolvam ou se implementem novas soluções de habitação e ou arrendamento para a população imigrante, criando um programa de financiamento à habitação;

- Se ponha em prática nos países de origem e de acolhimento, políticas que potenciem as sinergias e minimizem os constrangimentos, de forma a:

- Criar medidas que intensifiquem o contacto dos imigrantes com baixos níveis de qualificação com os respectivos países de origem, pois a migração de trabalhadores com baixas qualificações tem grande impacto na luta contra a pobreza nos países de origem;
- Proceder à atribuição de um visto de entrada múltipla;
- Criar medidas que facilitem o envio de remessas para os países de origem;
- Não se esqueça a importância da divulgação do trabalho e canais legais de imigração;
- Se promova a formação profissional e linguística dos imigrantes;
- Se criem medidas para facilitar as remessas de imigrantes e incentivos à criação de mecanismos, serviços e produtos financeiros no âmbito do microcrédito;
- Se criem facilidades do acesso à saúde, à segurança social, ao trabalho justamente remunerado, a uma habitação condigna; à protecção à justiça, ao reagrupamento familiar, à diversidade cultural;
- Se promova uma política de proximidade de serviços junto de potenciais utilizadores, descentralizando as suas funções, apoiando as juntas de freguesia do Concelho onde haja imigrantes, cedendo instalações para atendimento, actividades lúdicas, desportivas e culturais.
- Se pense em políticas de população, em políticas sociais que influenciem a demografia, medidas que tenham algum impacto não só a curto prazo (se for possível), mas a médio e a longo prazo;
- Se pense no apoio à natalidade, no planeamento familiar, nas regras de naturalização, nas práticas de legalização dos imigrantes, nos subsídios às famílias com filhos, nos cuidados prestados aos idosos;
- Os poderes políticos nacionais e locais equacionem e resolvam os problemas reais causados pelas migrações.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros
- Distrito de Bragança –**

Por:
Maria do Nascimento Esteves Mateus

Bragança
Janeiro de 2008

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Índice Geral	11
Índice de Figuras	13
Índice de Gráficos	14
Índice de Quadros	16
Sumário	17
CAPÍTULO I	18
O PROBLEMA	18
1. Introdução	18
2. Apresentação do problema	19
3. Questões	19
4. Objectivos da pesquisa	20
5. Variáveis da pesquisa	20
6. Importância e dificuldades da pesquisa	20
CAPÍTULO II	22
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	22
1. Dinâmicas demográficas – Uma visão global sobre Portugal	22
2. Evolução espacial das dinâmicas demográficas: reforço das assimetrias regionais	25
3. Portugal, de País de emigração a País de imigrantes	26
3.1. A afirmação de um país de imigração	28
3.2. Consequências sociais da imigração - efeitos económicos,	

os afectos e os laços, a igualdade de oportunidades e a diversidade étnica e paisagística	30
CAPÍTULO III	32
CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA ÁREA EM ESTUDO	32
1. Análise contextual	32
CAPÍTULO IV	36
METODOLOGIA	36
1. Introdução	36
2. Instrumentos de recolha de dados	36
2.1. Inquéritos por questionário	37
2.2. Entrevista	37
CAPÍTULO V	38
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
1. Introdução	38
2. Análise das respostas aos inquéritos por questionário e à entrevista	38
CAPÍTULO VI	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
1. Conclusões	65
2. Recomendações	65
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXOS	72
Anexo 1	72
Anexo 2	77
Anexo 3	79

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 – Mapa de Portugal	33
Figura 2 – Mapa do Distrito de Bragança	34
Figura 3 – Mapa das freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros	35

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Emigrantes por idade	39
Imigrantes por idade	40
Gráfico 2 – Emigrantes/Imigrantes por sexo	41
Gráfico 3 – Emigrantes/Imigrantes por estado civil	42
Gráfico 4 – Imigrantes por País de Origem	43
Gráfico 6 – Emigrantes/Imigrantes por agregado familiar	46
Gráfico 7 – Habilitações académicas, Emigrantes /Imigrantes	47
Gráfico 8 – Razões para Emigrar/Imigrar	49
Gráfico 9 – Para onde emigrou	50
Gráfico 10 – Razões para a escolha do País, Emigrantes/Imigrantes	51
Gráfico 11 – Processo de deslocação, Emigrantes/Imigrantes	52
Gráfico 12 – Dificuldades no País de acolhimento, Emigrantes/Imigrantes	53
Gráfico 13 – Apoio para a integração no País de acolhimento, Emigrantes/Imigrantes	54
Gráfico 14 – Tipo de trabalho realizado no País de acolhimento, Emigrantes	55
Tipo de trabalho realizado no País de acolhimento, Imigrantes	56
Gráfico 15 – Poupanças, Emigrantes/Imigrantes	57
Gráfico 16 – Onde foram aplicadas as poupanças, Emigrantes/Imigrantes	58
Gráfico 17 – Onde foram investidas as poupanças, Emigrantes/Imigrantes	59
Gráfico 18 – Impacto do investimento, Emigrantes/Imigrantes	60
Gráfico 19 – Políticas Nacionais e/ou Regionais, Emigrantes/Imigrantes	61
Gráfico 20 – Tempo de permanência no País de acolhimento, Emigrantes	61
Tempo de permanência no País de acolhimento, Imigrantes	62

Gráfico 21 – Vontade de regressar, Emigrantes/Imigrantes	63
Gráfico 22 – Razões para regressar, Emigrantes/Imigrantes	64

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 – Emigrantes/Imigrantes por sexo e idade	41
Quadro 2 – Idade com que emigrou/imigrou	44
Quadro 3 – Agrupamento dos migrantes por classes etárias	45
Quadro 4 – Habilitações académicas, Emigrantes/Imigrantes	47

SUMÁRIO

O principal objectivo deste trabalho foi uma investigação sobre a problemática fluxos migratórios no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, cuja abordagem permitiu analisar as actuais tendências migratórias e os impactos sócio-económicos que as mesmas têm no referido concelho, mas também reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes desta região.

Foi utilizada como metodologia o método de medida ou de análise extensiva, uma vez que este método nos permitiu uma análise rica e ampla e abarcar muitas coisas de uma só vez, na medida que ao inquirir populações em situações reais foram obtidos dados que, numa análise, *à posteriori*, nos permitiu tecer considerações finais.

Como procedimento de recolha e análise de dados foram usadas técnicas de pesquisa diversificadas, através de uma observação não participante, tendo sido.

- Elaborados e aplicados cinquenta inquéritos por questionário e;

- Elaborada e aplicada uma entrevista formal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, pois a integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, tendo sempre presente a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

A pesquisa documental permitiu elaborar o quadro teórico que esteve na base deste estudo.

O tratamento estatístico da informação foi feito com base nos dados recolhidos, sendo feita uma análise quantitativa e qualitativa dos mesmos.

As dinâmicas demográficas reflectem processos de natureza muito distinta. Transformações na economia ou na família, nas acessibilidades ou no estilo de vida nas condições de saúde ou na esfera política, induzem, de imediato ou de forma retardada no tempo, alterações significativas no modo com as populações evoluem demograficamente. É, pois, uma relação dialéctica a que se estabelece entre as dinâmicas demográficas e os vários sistemas, sociais, culturais, económicos, e políticos, que se integram.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1. Introdução

A modernização demográfica constitui uma das componentes do processo mais geral de modernização das sociedades actuais e entendê-la é compreender a história e a geografia recentes da humanidade.

Portugal, em toda a sua história foi sempre um país exportador de gente, por razões de natureza económica, social e por um espírito de aventura enraizado na cultura de um povo à beira mar plantado.

Se nas duas primeiras décadas do século passado esse destino era primordialmente a América Latina (Brasil, Venezuela, Argentina), a partir dos anos 40 até meados da década de 70, os países da Europa (França, sobretudo, mas também Alemanha, Suíça, Bélgica, Luxemburgo), foram o destino preferencial de um povo que lutava com as grandes dificuldades já mencionadas, mas também com um regime político ditatorial e com uma guerra colonial imposta, que não lhe abria perspectivas de futuro.

A independência dos países africanos, a partir de 1974, trouxe de volta muitos dos portugueses (retornados) que viviam em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde e Guiné – Bissau, o que a par do agravamento da situação económica e social, constituiu uma lufada de ar fresco no rejuvenescimento da população, envelhecida pela forte emigração sofrida.

Mas muitos destes partem de novo e Portugal é cada vez mais um país de idosos.

Nos anos 90, a tradição altera-se e um país de emigrantes transforma-se num país de imigrantes, recebendo africanos, brasileiros, imigrantes dos Países de Leste, cujo impacto na realidade sociocultural portuguesa é profunda. É preciso criar e pensar as políticas de integração destes cidadãos que deram um novo impulso a uma renovação etária da população, com reflexos a nível nacional e regional.

É neste contexto que se torna importante estudar a nível local, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, os impactos desta problemática, verificando como é que estes fluxos contribuíram, ou não, para um desenvolvimento local.

O estudo constará de uma introdução, onde se focará a pertinência da abordagem do tema, da definição do problema e das questões por ele suscitadas, dos objectivos que pretendemos atingir, bem como das variáveis que darão resposta aos objectivos.

A escolha de uma metodologia com técnicas de pesquisa apropriadas a uma análise e apresentação dos resultados que permitirão chegar às conclusões finais.

A caracterização do espaço onde é realizado o estudo é fundamental, a fim de se compreenderem as dinâmicas espaciais e sociais que o mesmo integra.

O enquadramento teórico, numa análise global do país, permitir-nos-á construir o quadro conceptual que constituirá a coluna vertebral ao longo da análise e interpretação dos dados.

2. Apresentação do problema

A pesquisa incidiu sobre a temática “Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Distrito de Bragança”, cuja abordagem nos irá permitir tirar algumas conclusões sobre os impactos económicos, sociais e culturais que os mesmos tiveram na área que se pretendeu estudar.

Em que medida é que os fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros foram um factor de desenvolvimento local/regional?

Esta interrogação coloca algumas questões. O problema limitado ao estudo dos inquiridos, escolhidos aleatoriamente, para obter respostas concretas que formuladas *à priori*, permitirá, ao passar do nível conceptual para o nível de análise, operacionalizando as diferentes variáveis, a obtenção de resultados, que justifiquem, *à posteriori*, a sua importância e exequibilidade.

3. Questões

Restringindo-se o âmbito desta pesquisa a uma análise extensiva sobre os fluxos migratórios surgiram as seguintes questões:

- Será que os fluxos migratórios na área em estudo, no interior do país, mais concretamente no Nordeste Transmontano, apresentam as mesmas características de outras regiões?

- Que factores foram determinantes para que esses fluxos acontecessem?

- Será a língua do país de acolhimento factor determinante para uma integração social plena dos migrantes?

- Até que ponto poderão as diferentes formas de discriminação (étnica, social, cultural, económica) contribuir para um retorno dos migrantes ao país de origem?

- Com poderão as instituições locais minimizar os efeitos de constrangimento das populações migrantes?

- Que impactos económicos terão as poupanças dos migrantes quer a nível local quer no seu país de origem?

4. Objectivos da pesquisa

Partindo do pressuposto que a abordagem da temática sobre os “Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança” se depara no terreno com problemas de vária ordem, que importa analisar, foram definidos os objectivos, que através do trabalho realizado irão permitir:

- Analisar as actuais tendências migratórias e os impactos sócio-económicos que as mesmas têm no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança;
- Reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes dessa região.

Estes objectivos serão atingidos se houver uma permanente valorização dos saberes alternativos alicerçados em experiências vividas e construídos de forma coerente com as expectativas individuais e colectivas dos protagonistas envolvidos.

5. Variáveis da pesquisa

As variáveis da pesquisa que irão permitir o desenvolvimento de opiniões acerca dos objectivos do estudo foram obtidas através de pesquisa documental, da entrevista e do inquérito por questionário, construídos de acordo com os objectivos e direccionados para a análise da temática que integra este estudo.

Assim, foram atribuídas as seguintes classificações de acordo com Huberman e Miles (1991):

- Variáveis biográficas como a idade, o sexo, o estado civil, as condições sociais, o agregado familiar, as habilitações académicas;
- Variáveis independentes, consideradas como activas ou condicionantes, como razões que levaram à e/imigração, razões da escolha do país de acolhimento, dificuldades sentidas nesse país, apoios locais para a integração na sociedade, aplicação das poupanças, políticas nacionais e/ou regionais de promoção de integração, tipo de trabalho realizado;
- Variável resultado, Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança, conotada como um ponto de referência/interferência ou condicionamento ditado pelas variáveis independentes.

6. Importância e dificuldades da pesquisa

Segundo Almeida e Pinto (1995, pp. 15-16) “O trabalho científico, como se sabe, é agenciador de um processo de produção que desemboca num produto” e o produto pretendido com este estudo não consegue libertar-se da subjectividade inerente a todos os

processos de natureza social, dos comportamentos específicos e múltiplos dos protagonistas envolvidos.

Além das dificuldades de natureza científica, outras surgirão, pois não é fácil congregarmos vontades, disponibilidades de tempo, incompatibilidades de horários e diversificação de interesses.

Almeida e Pinto (1995, p.16) afirmam que “A realidade é silenciosa; torna-se indispensável questioná-la para produzir respostas (...)” o que será importante se todas as dificuldades sentidas possam vir a ser ultrapassadas, visando, como é óbvio, a concretização real da pesquisa em causa.

A sangria populacional sistemática devida às migrações internas ou para o estrangeiro afectou uma grande parte dos concelhos do interior de Portugal, que se transformaram em áreas de repulsão e que apresentam quebras acentuadas das taxas de mortalidade e de natalidade, pois os que saem são sobretudo os mais jovens, em plena força de trabalho. São regiões praticamente desertas e profundamente envelhecidas, onde as fracas acessibilidades condicionam a implantação de sectores que promovam o desenvolvimento regional e as transformam, ainda mais, em zonas periféricas e pouco atractivas.

Como é que estas regiões sobrevivem? O que é que existe nelas que determine que sejam procuradas ou cada vez mais abandonadas? Como reage o poder local? Que estratégia de desenvolvimento local tenta implementar quando define as suas políticas sociais que pretendem dar cada vez mais qualidade de vida aos seus cidadãos?

Para obter respostas será necessário indagar junto das populações o que sentem, o que desejam, como gostariam que tivesse sido. Nem sempre é fácil estabelecer um diálogo com uma população cada vez mais idosa, alheada dos grandes problemas actuais, vivendo em função das suas possibilidades e pensando ainda como no país de ontem.

Contudo, conseguimos encontrar alguém, um total de cinquenta e uma pessoas, que quiseram partilhar connosco parte da sua história de vida. Vida difícil, com altos e baixos, talhada no encontro e no desencontro dos afectos, da distância, do isolamento e da solidão.

E, com boa vontade em nos ajudar a concretizar o estudo que nos propomos deram-nos, então, a sua preciosa colaboração.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Dinâmicas demográficas – Uma visão global sobre Portugal

A população portuguesa é hoje muito diferente daquela que vivia no mesmo território há 50 anos. A maioria já nasceu depois dos anos sessenta e esta já não (Barreto e Pontes, 2007, p. 46) “reconhece a sociedade rural, a pobreza do pé descalço, a fuga de centenas de milhares de emigrantes, a guerra colonial, as localidades do interior, a ditadura, a censura ou o analfabetismo. Mesmo os mais velhos, os que ainda recordam esses tempos, mudaram os comportamentos”.

- Entre os anos 60 e começo dos anos 90, Portugal apresenta um modelo de concretização tardia do processo de modernização demográfica.

O saldo entre a dinâmica natural e a dinâmica migratória tem uma tendência negativa, pois o comportamento dos saldos migratórios em Portugal obedece, de acordo com Ferrão (2005, pp. 58-59) “a ciclos e contraciclos de grande intensidade: primeiro ciclo emigratório europeu (com valores particularmente significativos entre 1962 e 1973), contraciclo europeu (regressos suscitados pela crise que então afectou os países de destino do ciclo anterior, sobretudo entre 1973 e 1976); contraciclo colonial (regressos provocados pelos processos de descolonização após 1974) e, por fim, segundo ciclo emigratório europeu (final dos anos 80 e início da década seguinte).

Com excepção do último, menos intenso e de natureza temporária (2 em cada 3 emigrantes deslocam-se por períodos inferiores a um ano, (cf. Maria João Valente Rosa, 2000, p. 43), todos estes ciclos e contraciclos envolveram totais muito expressivos de indivíduos: quase 1,5 milhões de emigrantes legais e permanentes (a que haverá que adicionar os que saíram clandestinamente do país), no primeiro caso; perto de meio milhão de emigrantes regressados, no segundo caso; cerca de 600 mil retornados das ex-colónias, no último caso. E a estes valores somam-se, ainda, os milhares de jovens anualmente mobilizados para a guerra nas colónias de África entre 1961 e 1974”.

Se se introduzir a estes montantes uma variável selectiva dos movimentos migratórios, com uma maior incidência nos jovens do sexo masculino, facilmente se deduz o reflexo que esses movimentos tiveram na evolução demográfica do país. Eles afectaram as dinâmicas de crescimento e de estrutura etária e por sexo da população residente e indirectamente a organização familiar, a fecundidade e a natalidade. Tal é comprovado pela forte quebra de jovens em idade activa na década de 70 ou inversamente, o crescimento e mesmo um pequeno *baby-boom* (Maria Luís Pinto, 1994) verificados em 1974-1977.

- Desde meados dos anos 90 até à actualidade, Portugal caminha no encaço de um modelo demográfico europeu.

Portugal atingiu um processo de modernização demográfica mais homogénea e globalmente mais semelhante ao da Europa, embora de forma tardia e incompleta.

Tardia e incompleta porque se houve comportamentos demográficos que se reflectiram, no começo da década de 90, em modificações nas condições e estilos de vida, tal não aconteceu na modernização do aspecto económico. “O tecido empresarial do país, o seu perfil de especialização produtiva, a estrutura sectorial do emprego e as características do mercado de trabalho modernizam-se a um ritmo bem mais lento. E é este atraso relativo que explica por que razão apenas tardiamente o modelo demográfico moderno português se associa a saldos migratórios positivos, como sucedeu na Europa desenvolvida a partir da década de 50” (Ferrão, 2005, p. 61).

Este desfasamento entre a modernização social, como as condições e estilos de vida, e a modernização das empresas e emprego iniciam um processo de mudança no início dos anos 90. Em 1993 verifica-se um saldo positivo, não como resultante de regressos compulsivos motivados pelas crises económicas ou políticas dos países de destino, como nos anos 30 e 70, mas porque pela primeira vez Portugal se vê a braços com movimento migratórios que comandam o crescimento efectivo da população.

A quebra da fecundidade e da natalidade em Portugal inverte-se em meados da década de 90.

Em 2001, Portugal apresenta um índice sintético de fecundidade inferior ao da média europeia. Esta inversão anda associada ao impacto de “saldos migratórios positivos” e “A sua sustentabilidade no tempo será tanto maior quanto mais sólida for a posição de Portugal como destino de migrações económicas. E a sua intensidade dependerá do perfil dos imigrantes entrados no país e da forma como estes se ajustam aos padrões de comportamento prevalentes na sociedade que os acolhe” (Ferrão, 2005, p. 62).

O forte incremento da imigração observado nos anos 90, com saldos migratórios positivos a partir de 1993, num contexto de saldos naturais baixos, alterou substancialmente a realidade demográfica do país, sendo a componente imigratória um vector de crescimento demográfico da população.

A convergência com o modelo demográfico dominante na Europa dos 15 é uma realidade.

Ferrão (2005, pp. 63-64) apresenta um retrato de Portugal, cujo comportamento dos vários indicadores demográficos, em traços gerais, se adequa àquele modelo:

- “taxa de fecundidade baixa (1,46‰)” incapaz de assegurar a renovação de gerações;
- “taxa bruta de mortalidade um pouco superior à média da EU 15 (10,2‰ vs 9,5‰)”;
- “taxa de mortalidade infantil relativamente baixa (5‰)”, mais ligada a factores internos que a causas externas;
- “esperança média de vida crescente”, com ganhos em todos os grupos etários, incluindo o grupo dos mais idosos;

- “envelhecimento global da estrutura etária”, com envelhecimento interno de todos os grupos;

- “crescimento efectivo da população positivo”, embora baixo e dependente dos fluxos migratórios.

“Esta convergência de indicadores demográficos com padrões europeus” parece apontar também no sentido de uma maior uniformidade de condições de vida, organização familiar, estilos de vida, maior coesão social, cultural na medida em que apresenta uma maior harmonização de atitudes e de comportamentos. Contudo, estes parâmetros deixam de ter significado quando fazemos um estudo geográfico por regiões.

Em suma:

Nos últimos quarenta anos “a população não aumentou nem diminuiu consideravelmente, mas conheceu oscilações significativas: com um pouco mais de 10 milhões de habitantes, em 2005, o aumento líquido, em quarenta anos, terá sido de 12,3%, a que corresponderá uma taxa média de variação anual de perto de 0,3%” (Barreto e Pontes, 2005, p. 48).

Até perto de 1975 a população residente diminuiu devido à emigração, em meados da década de setenta houve um *baby-boom* devido à descolonização e de então para cá estabilizou. Na base desta estabilização estão vários factores, pois se, por um lado, a modernização da sociedade se fez acompanhar de uma diminuição da taxa de natalidade, de uma diminuição do índice sintético de fecundidade, de uma diminuição da taxa de mortalidade, de um aumento da esperança média de vida, dado haver melhores condições médico-sanitárias e melhores condições sociais, por outro lado, a redução da emigração e o aumento da imigração foram os factores determinantes.

O envelhecimento da população portuguesa é uma realidade, pois “a proporção de idosos com mais de 65 anos, que rondava os 8%, ultrapassa agora os 16%”, com valores superiores ao número de jovens. Mas a mortalidade infantil atingiu valores que passaram “de quase 80 por mil para cerca de 3,5 por mil” (Barreto e Pontes, 2005, p. 49).

Perante vários indicadores, em 1960 Portugal tinha um lugar destacado como primeiro ou como último numa possível classificação: “maior número de jovens, menor proporção de idosos, mais elevado crescimento natural, menor esperança média de vida à nascença, mais alta natalidade, superior índice de fecundidade, menor número de divórcios e mais alta taxa de mortalidade infantil (...) a mais elevada taxa de emigração”. Volvidos quarenta anos a proporção de jovens e de idosos, a esperança de vida à nascença, para os homens e para as mulheres, a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade, a taxa de divórcios estão agora muito próximas da média europeia. As taxas de crescimento natural e total situam-se entre as mais baixas, aquém da média europeia. A taxa de fecundidade é ligeiramente inferior à da média europeia e a mortalidade infantil atingiu valores que a colocam como uma das mais baixas da União e do Mundo.

A dinâmica da população portuguesa não condiz com as alterações sofridas, pois nem o êxodo rural, nem a urbanização crescente, nem a emigração, nem a imigração contribuíram para a renovação de gerações. Embora, nos últimos anos a população residente tenha mantido mais ou menos os mesmos efectivos, tal deve-se, principalmente, aos imigrantes, sobretudo imigrantes de países africanos, que apresentam, na globalidade, taxas de natalidade um pouco superiores. Sem os imigrantes o envelhecimento seria ainda mais rápido e a actividade económica estaria profundamente condenada.

2. Evolução espacial das dinâmicas demográficas: reforço das assimetrias regionais

A transição demográfica em Portugal (Ferrão, 2005) é um processo a várias velocidades, sem ter uma via única.

O ritmo de transição demográfica foi distinto entre os vários países europeus e também entre as unidades espaciais de nível subnacional, nomeadamente regiões e concelhos. Os tempos de transição dependem de múltiplos factores, nomeadamente das características de partida de cada um dos territórios. Há que ter em conta factores de ordem económica, sociocultural e política que levam a que haja ou abertura ou resistência à mudança e assim imprimam velocidades distintas ao processo de mudança.

Na geografia da história da transição demográfica, tendo por base a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade desde os anos 60 até à actualidade identificam-se (Ferrão, 2005, pp. 65 -66) “cinco tipos principais de perfis concelhios”, que vão desde:

- municípios, onde a partir de 1960 há “uma divergência sistemática entre taxas crescentes de mortalidade e taxas decrescentes de natalidade”, (Serra Algarvia, NE do Alentejo, fronteira da Beira Baixa), com saldos naturais cada vez mais negativos, vítimas de ocorrência de processos de modernização demográfica acompanhados por intensos movimentos de êxodo rural;

- municípios (com tendência evolutiva idêntica à do grupo anterior, mas iniciada um pouco mais tarde”, a partir dos anos 80, (concelhos de fronteira da Região Norte e Centro, Alentejo e Algarve não urbanos, e concelhos rurais integrados nas áreas de Lisboa e Coimbra) com saldos migratórios negativos e envelhecimento da população;

- municípios “onde a quebra da natalidade apenas em 1990 leva à ocorrência de valores inferiores ao da taxa de mortalidade”, (concelhos não fronteiriços do Norte e Centro, desde Aveiro à Área Metropolitana de Lisboa, municípios urbanos do Norte e Centro Interior - Chaves, Mirandela, Bragança, Guarda, Covilhã -, do Alentejo – Portalegre, Beja, Sines - e do Algarve – Lagos, Vila Real de Santo António e Olhão -, com saldos naturais negativos;

- municípios “onde taxa de natalidade, em quebra acentuada, se aproxima das taxas de mortalidade estáveis com saldos naturais positivos, mas sucessivamente mais curtos” (NW do país, Área Metropolitana de Lisboa e em cidades médias mais dinâmicas como Vila Real, Coimbra, Leiria, Évora, Portimão e Faro);

- municípios com “taxas de natalidade elevadas e em quebra, (...) mas com níveis de mortalidade muito baixos”, (concelhos de industrialização rural difusa do NW do país, como os vales do Ave e do Sousa e em áreas suburbanas em expansão do Porto e de Lisboa).

A sangria populacional sistemática devida às migrações internas ou para o estrangeiro afectou uma grande parte dos concelhos do interior, que se transformaram em áreas de repulsão e que apresentam quebras acentuadas das taxas de mortalidade e de natalidade, pois os que saem são sobretudo os mais jovens, em plena força de trabalho. São regiões praticamente desertas e profundamente envelhecidas.

Em contrapartida, as áreas urbanas do litoral, são áreas atractivas, dinâmicas, polarizadoras, mais jovens e com aumento de população.

Mas as assimetrias geográficas (Ferrão, 2005, pp. 70-71) acentuaram-se nas últimas décadas, pois temos na actualidade “um país espacialmente mais desequilibrado – maior concentração de pessoas, actividades, competências, e oportunidades numa parcela reduzida do território – mas socialmente menos heterogéneo, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização”.

3. Portugal, de País de emigração a País de imigrantes

Entre 1960 e 2005 cerca de 2 milhões de portugueses foram viver para o estrangeiro, tendo entre 1960 e 1975 emigrado para França cerca de um milhão e meio. Mas entre 1975 e 2005, um milhão e trezentos mil vieram viver para Portugal, 650.000 eram “retornados”, provenientes das ex-colónias e 650.000 eram imigrantes.

Nestes 40 anos uma grande parte da população mudou do local de habitação: deixaram o meio rural, interior do país e concentraram-se no litoral (oeste e sul), sobretudo nas áreas metropolitanas do Grande Porto e da Grande Lisboa. “O Portugal rural e o Portugal interior estão em vias de despovoamento” (Barreto e Pontes, 2005, p. 48).

A análise das mudanças ocorridas no quadro migratório em Portugal reflecte como o país (Malheiros, 2005, pp. 87-88) “se foi reposicionando no quadro do sistema global de interações (sobretudo mão-de-obra, mas não só ...), como as dinâmicas internas de recomposição territorial”. Nos últimos anos o quadro dos movimentos migratórios sofreu alterações “algumas aprofundando dinâmicas já pressentidas (multipolaridade, desconcentração dos centros das áreas metropolitanas, atenuação dos volumes de emigração num contexto dominado por movimentos temporários que assume a forma de circulação migratória de larga amplitude), outras evidenciando fenómenos novos (diversificação das origens dos imigrantes”, afirmando-se Portugal como um país de imigração generalizada a todas as regiões.

No início do século XXI algumas imagens associadas aos movimentos migratórios internos e externos, como o êxodo rural em direcção às áreas atractivas do litoral e como país de

emigrantes, deixaram de estar tão presentes no retrato social de Portugal, pois surgem novas imagens que começam a ser comandadas por realidades complexas.

Não esquecendo os elevados níveis de concentração demográfica existentes em determinadas áreas, o elevado saldo migratório positivo da década de 90, que traduz os consideráveis movimentos de retorno “e, sobretudo, o crescimento da imigração, não justifica que se ignore o significado de 4,3 milhões de portugueses e luso-descendentes a residirem no estrangeiro, os quais continuam a enviar anualmente remessas monetárias que ascenderam, em 2001, a 3700 milhões de euros (cerca de 3% do PIB nacional)”.

Mas apesar de Portugal se ter transformado num país de imigrantes, os emigrantes continuam ainda a ser em número superior.

Os pontos de análise que resumem a convergência entre as dinâmicas territoriais e os processos migratórios passam pelos seguintes aspectos (Malheiros, 2005, p. 88):

- A afirmação de Portugal no grupo dos países desenvolvidos, “embora situado na periferia deste conjunto e largamente caracterizado por elementos (capacidade de concepção e inovação limitada, maior relevância dos serviços e do “fabrico qualificado”...) que o posicionam como “país intermédio” no contexto da denominada Nova Divisão Internacional do Trabalho, explicitada em finais dos anos 70”.

Neste contexto enquadram-se os fluxos de emigração laboral para os países da Europa Central e do Norte, a imigração na transição do século e o seu carácter assimétrico e polarizador, dada a inserção em segmentos de mercado pouco qualificados;

- A integração de Portugal no contexto “da globalização das migrações”, traduzida pelo não enquadramento das lógicas tradicionais de proximidade geográfica ou histórico-cultural. “A circulação de trabalhadores no contexto de mercados de trabalho a funcionarem à escala global, fortemente dependente do papel de redes profissionais de colocação e tráfico internacional de mão-de-obra, parece constituir-se como o principal mecanismo explicativo de muitas vagas de imigração contemporâneas, como é o caso da recente presença de trabalhadores de Leste em Portugal”;

- A persistência de uma “cultura migratória activa” conduz a que os fluxos de pessoas “(a *emigração laboral em si mesma*) se tornem menos relevantes do que as interações induzidas pelo fluxo emigratório (os retornos e a circulação dos luso-descendentes, o movimento de vai-e-vem, as remessas ou as visitas turísticas ...)”;

- “A flexibilização e segmentação dos processos produtivos (...) o reforço das acessibilidades (...) facilitaram os movimentos migratórios internos”.

O número de estrangeiros residentes em Portugal aumentou “de pouco mais de 20.000 para quase 500.000” (Barreto e Pontes, 2005, p. 49).

O número de estrangeiros imigrantes residentes e de estrangeiros naturalizados, facto novo na sociedade portuguesa, terá ultrapassado (Barreto e Pontes, 2005, p. 53) “os 300.000 (mais de 3% da população). O que faz com que as famílias estrangeiras (com comportamentos

demográficos diversos, mas também com padrões culturais diferentes) sejam hoje uma realidade significativa”.

Barreto e Pontes (2005, pp. 49-50) referem que se, em 1960, a maioria era proveniente dos países europeus (provenientes do Brasil e de África eram mais ou menos um milhar), na actualidade, “contando apenas os legalizados (deixando de fora os naturalizados e os ilegais), o contingente brasileiro é o mais volumoso (mais de 100.000), seguido do de Ucrrianos, Cabo-verdianos e outros africanos e europeus”.

De acordo com a informação do INE, os emigrantes entre 1992-2002 apresentam um perfil de emigração laboral, jovens do sexo masculino que vão trabalhar nas obras públicas e construção civil, hotelaria, restauração, serviços domésticos, etc.

Os níveis de instrução dos emigrantes é baixo, apesar dos mais jovens possuírem já habilitações concordantes com a evolução social dos últimos anos, tendo o 12º ano.

“O perfil de inserção profissional (...) continua a integrar um conjunto significativo de pessoas com baixos níveis de instrução e a ser dominados pela presença em segmentos pouco qualificados de ramos de actividade fortemente marcados por grandes oscilações nas necessidades de mão-de-obra” (Malheiros, 2005, p. 96).

3.1. A afirmação de um País de imigração

Apesar dos Cabo-verdianos estarem em Portugal desde a década de 60, as comunidades estrangeiras só começam a surgir a partir dos anos 70. O processo de descolonização originou um *boom* com a chegada de africanos, os designados por retornados.

A partir dos anos 80 começam a chegar os indianos, paquistaneses, chineses, brasileiros, embora os provenientes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) continuem a ser em maior número, nomeadamente angolanos e guineenses.

É “a segunda fase no ciclo de imigração português” (Malheiros, 2005, p. 103).

Na passagem dos anos 80 para os anos 90 inicia-se uma terceira fase, “em que se acelera o ritmo de crescimento da população estrangeira, eventualmente como efeito dos processos de regularização extraordinária de 1992/93 e de 1996, materializa-se um conjunto de circunstâncias externas e internas que permitem compreender o reforço da atracção face a cidadãos estrangeiros” (Malheiros, 2005, p. 104).

Os aspectos internos que tal permitiram devem-se a opções de política liberal e crescente abertura ao exterior, nos finais dos anos 80. A crescente visibilidade dos imigrantes de Leste começa com as profundas alterações políticas dos seus países de origem e romenos, ucranianos, moldavos, polacos rumam a Portugal, onde encontram algumas facilidades de trabalho. São trabalhadores com habilitações profissionais superiores que aceitam trabalhos não qualificados, até ao momento que encontram oportunidades de adquirirem condições que lhes permita um desempenho profissional adequado à sua formação.

Muitos são ainda os estrangeiros que procuram Portugal após as suas reformas, nomeadamente “ingleses, holandeses e alemães e de outras origens, *sun-seekers* que procuram beneficiar das amenidades climáticas das praias (...)” do Sul do País, Algarve, “num contexto de melhoria progressiva da qualidade dos serviços, públicos e privados, prestados aos cidadãos, em geral, e aos idosos, em particular” (Malheiros, 2005, p. 105).

De salientar ainda a quantidade de chineses que chegam a Portugal e se instalam com o seu comércio de preço a baixo custo e a aposta que fazem na restauração, introduzindo gostos e sabores orientais.

Portugal tornou-se de um país de emigrantes num país de imigrantes (Malheiros, 2005, p. 90) “uma imigração em crescendo, em torno dos anos do século XX para o século XXI (178.000 estrangeiros em situação regular em 1988; mais de 413.000 no final de 2002, considerando os possuidores de autorizações de residência e de permanência emitidas em 2001 e 2002, momento situado no âmbito de uma conjuntura económica favorável, que conjugava dinâmicas importantes do investimento privado e público materializadas, entre outros, em grandes projectos de significado nacional (Expo 98, barragem do Alqueva, Porto – capital da Cultura, infra-estruturas várias, Euro 2004 ...), associadas a um processo de expansão do consumo das famílias”.

A Lei da Nacionalidade que entrou em vigor a 14 de Dezembro de 2006 é inclusiva e simplificou os processos, sendo mais ágil e mais adequada à realidade, mas será ainda necessário proceder a melhorias no sentido da prova de aferição do conhecimento da língua portuguesa para a aquisição da nacionalidade, no caso de pessoas que não sabem ler nem escrever e de pessoas deficientes.

Desde 14 de Dezembro de 2006 até 30 de Novembro de 2007 foram registados, segundo o Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, 35.347 pedidos de aquisição de nacionalidade, mais do triplo dos registados em 2005, segundo dados do Ministério da Justiça.

Deste total, 14.446 foram deferidos favoravelmente, 205 foram negativos e 18.000 encontram-se a aguardar resposta. São os cidadãos de Cabo-Verde que estão no topo da lista dos pedidos, seguidos dos brasileiros, angolanos e guineenses, num total de 50% dos requerentes.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras diz que desde Agosto de 2007 já emitiu 30.762 autorizações de residência, sendo 22.570 novas autorizações a estrangeiros registados antes de 2007/2008, 2.242 foram dadas a estrangeiros registados desde o início de 2007/2008 e 5.950 foram renovações. Foram concedidos 5.410 pedidos de prorrogação e desde a entrada em vigor da nova lei, foram pré-agendados 19.714 pedidos de apresentação presencial de manifestação de interesse, recorrendo os utilizadores ao portal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para apresentarem os seus pedidos (cerca de 15.606 utilizaram o serviço *on-line*, dès de a entrada em vigor do novo decreto Regulamentar).

Os mais recentes dados do Instituto nacional de Estatística (INE), divulgados em Dezembro dizem que em 2005-2006 a população estrangeira com autorização de residência em Portugal cresceu 20%, atingiu 329.898 cidadãos. Este aumento resulta fundamentalmente da concessão

de autorizações de residência a detentores de autorizações de permanência (cerca de 31.300). Além destes viviam em Portugal, legalmente, 32.661 cidadãos a quem foi concedida uma prorrogação da autorização de permanência, 55.391 a quem foi prolongado o visto de longa duração e 16.937 a quem foram atribuídos vistos de longa duração.

3.2. Consequências sociais da imigração - efeitos económicos, os afectos e os laços, a igualdade de oportunidades e a diversidade étnica e paisagística

A presença dos imigrantes sem Portugal traduz-se numa mudança a nível geográfico, social, económico e mesmo paisagístico.

Eles deram o seu contributo para um reequilíbrio da composição por sexos, para um desacelaramento do envelhecimento da população residente, pois os que chegavam eram jovens, o que se traduziu também num aumento das taxas de fecundidade e de natalidade.

Os impactos dos estrangeiros sobre a demografia em Portugal são regionalmente diferenciados, sendo maiores na Área Metropolitana de Lisboa e Algarve.

Não se sabe ainda muito bem que papel têm os imigrantes no desenvolvimento económico e social do país, quer a nível nacional, quer a nível regional. Contudo “o balanço entre as contribuições e os benefícios era favorável aos primeiros” (Malheiros, 2005, p. 114). Segundo o mesmo autor eles constituem 6% do emprego nacional, sendo ainda de salientar a importância dos imigrantes de Leste nas regiões mais atingidas pelo declínio e envelhecimento da população.

A presença dos imigrantes materializa-se ainda numa diversidade sócio-cultural, pois “Esta situação, que nos põe em contacto com o outro, diferente nos hábitos e nas práticas, na cor da pele e na língua, embora coloque desafios, implica, claramente, um enriquecimento do país” Malheiros (2005, p. 115).

Uma boa integração social, baseada numa igualdade de direitos entre todos, uma convivência sadia de tolerância e respeito pelas diferenças, deve colocar de parte o medo de que os imigrantes sejam uma ameaça e banir os sentimentos de racismo e xenofobia.

“É no campo da família, no espaço da intimidade e na rede de laços de proximidade guiados pelos afectos que as relações de género se estruturam. É aí que se geram as maiores desequilíbrios de equidade entre homens e mulheres, como é também ao nível da família que se devem procurar as principais soluções para este défice” André (2005, p. 79).

A família é o centro de construção das relações de género mas elas têm a montante o quadro de valores, representações práticas e sociais que lhe dão a organização e a dinâmica familiar e a jusante a reprodução em diversas esferas como a educação, emprego, cidadania que de forma directa ou indirecta influenciam a matriz familiar Sylvia Walby, 1990).

As desigualdades entre género tornaram-se mais reais desde que a mulher ganhou a possibilidade de reivindicar direitos, desde o voto, a sua sexualidade, a sua conjugalidade, a

contraceção, a educação e o emprego. A população feminina invadiu os mercados de trabalho, a dependência económica destas diminuiu e a competitividade do trabalho nas diferentes empresas conduz a, que cada vez mais, os modelos familiares tradicionais assentem na subordinação e no trabalho doméstico.

A partir da aprovação da Constituição em 1976, a legislação portuguesa aponta no sentido de uma igualdade entre homens e mulheres. O desenvolvimento dos serviços sociais alargou a oportunidade de emprego para as mulheres, facilitando o seu percurso profissional. A educação foi um factor fulcral no sentido da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, em que o alargamento massivo e a escolaridade obrigatória conduziram a mudanças profundas no mercado de trabalho. O nível de instrução/formação dos mais jovens progrediu de tal forma, que hoje a população feminina encontra-se numa situação de superioridade, nomeadamente na frequência do ensino superior.

As políticas públicas e os programas de formação profissional e de apoio à empregabilidade têm contribuído para uma equidade de género.

Contudo, “Nos mercados de trabalho em que a flexibilidade do trabalho é um factor estratégico relevante de competitividade das empresas, a falta de disponibilidade e a reduzida mobilidade da população feminina, decorrentes das responsabilidades familiares, são uma desvantagem considerável” André (2005, p. 83).

No campo das qualificações houve uma mudança substantiva no quadro das mentalidades, conjugada com a oportunidade de formação profissional que o acesso aos fundos estruturais comunitários incrementou de forma positiva o caminho para uma equidade de género, talvez à excepção de uma instrução de nível superior onde há predomínio do género masculino.

Os apoios devem ser dados no sentido de ultrapassarem as dificuldades de desconhecimento da língua, de funcionamento das instituições, de informação vária, mas deixando espaço a que os diferentes grupos étnicos, religiosos e sociais possam desenvolver as suas práticas de origem.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA ÁREA EM ESTUDO

1. Análise contextual

Localizado no Nordeste de Portugal (figura 1), o denominado Nordeste Transmontano, Macedo de Cavaleiros é um dos doze concelhos que constituem o Distrito de Bragança, (figura 2).

A área total destes concelhos corresponde a 1779,9 Km², com 86 freguesias e uma população estimada em 34 650 habitantes.

Esta região do Nordeste Transmontano caracteriza-se economicamente como uma zona essencialmente de agricultura de subsistência, de indústria incipiente, tendo o sector dos serviços, público e privado uma razoável implantação, essencialmente nas sedes dos concelhos.

Socialmente é uma região com forte pendor de imigração, de envelhecimento da população e de desertificação do meio rural.

Macedo de Cavaleiros situa-se na encruzilhada dos caminhos do Nordeste Transmontano, localizando-se a sede de Concelho num vale fértil, entre as Serras de Bornes e Pinhovel. Tem uma área de 699,2 km², 17 210 habitantes.

A sua história é marcada pela sua individualização como unidade administrativa, em meados do século XIX e a sua localização geográfica fez dele um concelho isolado.

Em 1863 a povoação é elevada à categoria de Vila e a 13 de Maio de 1999 é votada na Assembleia da República a elevação a cidade.

A sede do concelho, com o pólo do Ensino Superior do Instituto Piaget, tem aumentado a sua população e o sector do imobiliário tem sofrido forte expansão.

É no turismo de carácter ambiental e paisagístico que entidades públicas e privadas têm feito investimentos significativos. Exemplo a considerar é criação da Área Protegida da Albufeira do Azibo.

Também o turismo cinegético tem uma crescente procura. A região está dotada de uma boa cobertura hoteleira e a Feira de S. Pedro procura ser a montra dos produtos endógenos, servindo de atracção de produtos locais e de animação sociocultural das populações.

As artes e ofícios tradicionais (rendas, bordados, carpintaria, trabalhos em granito, etc.), integrados na pluriactividade de muitas famílias, fazem parte da ruralidade da região e vendidos nos mercados locais servem de base à subsistência das gentes locais.

Os artesãos são, na maioria, adultos e velhos, factor que provoca uma certa dificuldade na transmissão de saberes e de continuidade de heranças culturais.

Figura 1 – Mapa de Portugal



Figura 2 - Mapa do Distrito de Bragança



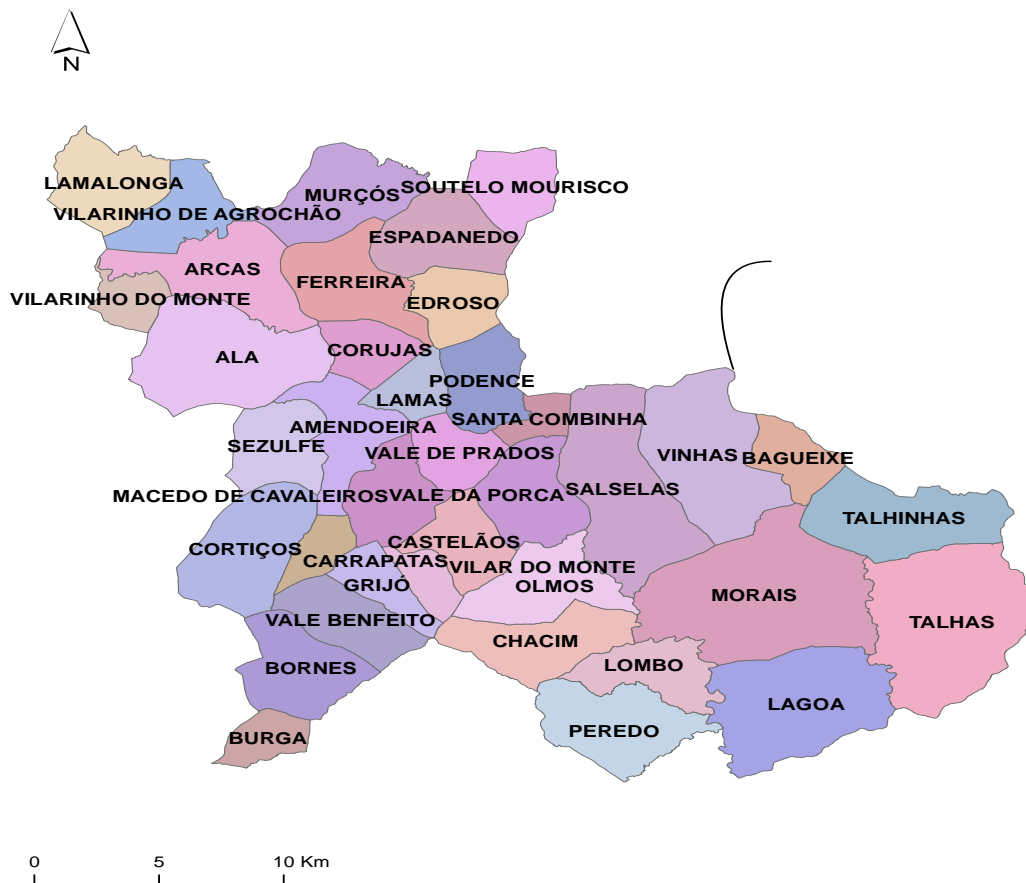
Macedo de Cavaleiros tem **38 freguesias** (figura 3).

As freguesias de Ala, Morais, Murçós e Peredo, foram escolhidas para instalar, neste Concelho, os primeiros Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC).

Estes gabinetes visam o desenvolvimento de um projecto que envolve parcerias sólidas entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), SCETAD e esta Autarquia que têm como missão prestar serviço público à comunidade.

Inserido no projecto Trás-os-Montes Digital está prevista a instalação, a médio prazo, destes gabinetes em todas as Freguesias do Concelho.

Figura 3 - Mapa das freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiro



CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

1. Introdução

Com o objectivo de analisar e interpretar os dados foi necessária a escolha de uma metodologia, que de forma o mais rigorosa possível tornasse exequível a investigação em causa. Procurou-se evidenciar a conexão entre os dados obtidos, as questões formuladas, tornando amplamente significativas as respostas e clarificando o seu significado. Para tal, partiu-se do estudo dos “Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança” e foi utilizada como metodologia o método de medida ou de análise extensiva, uma vez que este método nos permitiu além de uma análise rica e ampla abarcar muitas coisas de uma só vez, na medida que ao inquirir populações em situações reais foram obtidos dados que, numa análise, *à posteriori*, nos permitiu tecer as considerações finais.

A amostra do estudo foi limitada, tendo a recolha de dados quantitativos e qualitativos recaído em cinquenta e dois inquiridos, seleccionados entre os migrantes do concelho (um total de vinte e quatro emigrantes e de vinte e sete imigrantes) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

2. Instrumentos de recolha de dados

Como procedimento de recolha e análise de dados foram usadas técnicas de pesquisa diversificadas, através de uma observação não participante, tendo sido.

- Elaborados e aplicados cinquenta e um inquéritos por questionário e;

- Elaborada e aplicada uma entrevista formal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, pois a integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, tendo sempre presente a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

Como o inquérito por questionário e a entrevista só por si, oferecem vantagens e desvantagens, tentou-se, através da coordenação conjunta destes dois processos de recolha de informação, colmatar deficiências e lacunas relativas a uma utilização individual de cada um destes processos de recolha de informação.

A pesquisa bibliográfica permitiu construir o quadro conceptual de apoio.

2.1. Inquéritos por questionário

O inquérito por questionário (Lima, 1981, p. 28) “(...) supõe uma formulação e ordenação rígida de perguntas, respostas e conteúdos relativamente limitado, pouca liberdade dos intervenientes (...) e uma polarização na resposta (...) mas o nível de profundidade de informação é relativamente limitado (...)”.

Almeida e Pinto (1995, p. 112) dizem que o inquérito por questionário se apoia “(...) numa série de perguntas dirigidas a um conjunto de indivíduos (inquiridos), (...) nele se recorre a um conjunto de perguntas, inseridas no questionário sob uma *forma* e uma *ordem* prévia estritamente programadas”.

O inquérito é total ou predominantemente integrado por perguntas rigidamente formuladas e ordenadas. As questões abertas minoram as limitações mas levantam problemas de classificação e codificação das respostas.

Os inquéritos por questionário (Anexo 1) permitiram uma abordagem multifacetada, pois foram elaborados com perguntas de escolha múltipla com mostuário (Lakatos, 2002), de forma a possibilitarem uma análise quantitativa, com perguntas abertas, de forma a possibilitar uma análise qualitativa e foram tidos em conta os objectivos e as questões formuladas.

A aplicação foi feita por administração directa, durante o mês de Outubro de 2007.

Foi aplicado um pré-teste, cuja mensuração foi feita em 5% da totalidade dos inquiridos e que permitiu medir a validade e a operatividade do inquérito.

2.2. Entrevista

A entrevista é uma técnica não documental de observação não participante (Detry e Cardoso, 1996), podendo-se distinguir vários tipos, que vão desde as mais rígidas e estruturadas até às entrevistas em profundidade.

A entrevista utilizada neste estudo (Anexo 2) foi uma entrevista estruturada, focalizada, que seguiu um roteiro previamente estabelecido com perguntas pré-determinadas, tendo em conta os objectivos que se pretendiam atingir.

A entrevista foi feita ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, no final do mês de Outubro de 2007 e constituiu um *corpus* de duas páginas (Anexo 3).

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. Introdução

As questões formuladas nos inquéritos por questionário tiveram como finalidade a resposta aos objectivos e às questões da pesquisa.

A fim de cruzar informação e clarificar determinadas situações foi realizada uma entrevista, como já foi referido anteriormente.

A interpretação dos resultados será feita tendo em conta as duas fontes de dados permitindo assim uma visão multifacetada da realidade em causa.

2. Análise das respostas aos inquéritos por questionário e à entrevista

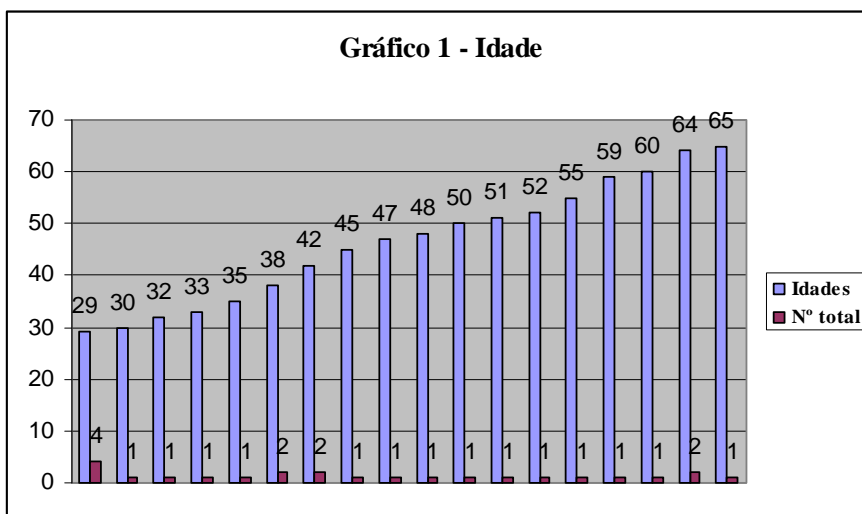
Em relação a cada uma das questões do inquérito por questionário foi solicitado a cada inquirido, que escrevesse ou assinalasse com uma cruz as respostas consideradas mais adequadas às questões que lhe foram formuladas.

A análise dos dados foi feita evidenciando sempre as opiniões demonstradas, de forma quantitativa, no caso das questões fechadas e de forma qualitativa, no caso das questões abertas. Esta análise foi consolidada, de forma qualitativa, com os dizeres do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Assim, para a questão:

1. O gráfico 1 – Emigrantes, apresenta os dados das respostas à questão “Escreva a sua idade”.

Emigrantes



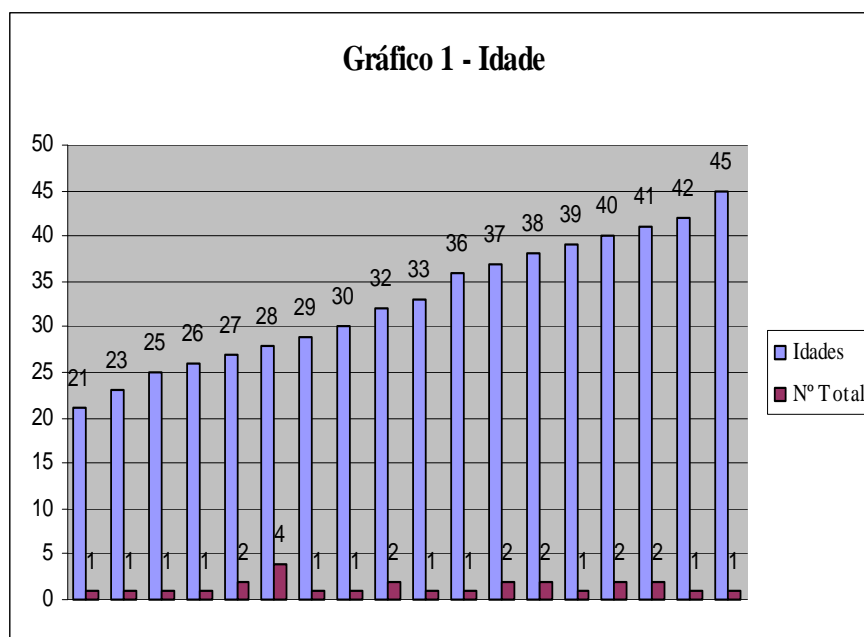
Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

A sua análise permite constatar que, no caso dos emigrantes inquiridos, num total de vinte e quatro,

- quatro tinham vinte e nove anos de idade;
- dois tinham trinta e oito, quarenta e dois, sessenta e quatro anos de idade, respectivamente;
- um, respectivamente em cada uma das idades, tinha trinta, trinta e dois, trinta e três, trinta e cinco, quarenta e cinco, quarenta e sete, quarenta e oito, cinquenta, cinquenta e um, cinquenta e dois, cinquenta e cinco, cinquenta e nove, sessenta e sessenta e cinco anos de idade.

No caso dos imigrantes, como se pode verificar no gráfico 1 - Imigrantes, as idades dos inquiridos, num total de vinte e sete variavam entre os vinte e um anos de idade e os quarenta e cinco anos de idade (4 com vinte e nove anos de idade, dois, respectivamente com vinte e sete, trinta e dois, trinta e sete, trinta e oito, quarenta e quarenta e um anos de idade e um, respectivamente, com vinte e um, vinte e três, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e nove, trinta, trinta e três, trinta e seis, trinta e nove, quarenta e dois e quarenta e cinco anos de idade).

Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

2. Como resposta à questão

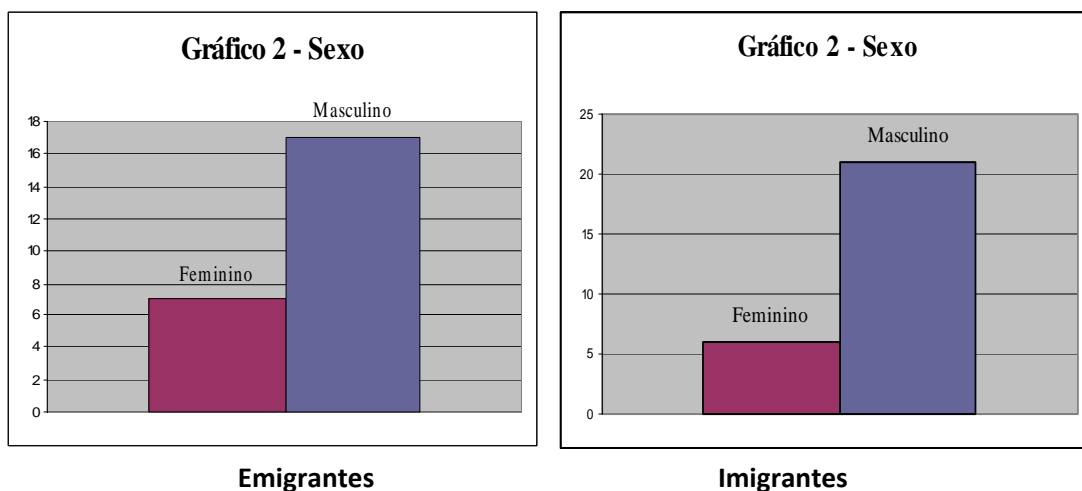
“Mencione o seu sexo”, presentes os dados no gráfico 2, podemos verificar que,

No caso dos emigrantes:

- sete eram do sexo feminino e;
- dezassete do sexo masculino.

No caso dos imigrantes:

- seis eram do sexo feminino e;
- vinte e um do sexo masculino.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Será de salientar, como se pode verificar no quadro 1, que os emigrantes inquiridos apresentam uma idade máxima (65 anos) superior aos imigrantes (45 anos), bem como uma idade mínima também superior (29 anos vs 21 anos).

A média de idades dos emigrantes é superior (44,5 anos) à dos imigrantes (33 anos), mas a idade modal é muito próxima (29 contra 28, repetindo-se quatro vezes cada uma delas) e a idade mediana de cada um dos grupos é de 43,5 anos no caso do grupo dos emigrantes e de 32 anos no dos imigrantes.

O grupo dos imigrantes é mais novo que o dos emigrantes. Pertencem a uma população activa jovem e adulta, o que condicionará a sua atitude perante a vida.

Contudo, é de salientar que, em ambos os grupos, predominou a deslocação de indivíduos do sexo masculino.

Quadro 1 – Emigrantes/Imigrantes por sexo e idade

	Sexo		Idade (anos)				
	Masculino	Feminino	Máxima	Mínima	Média	Modal	Mediana
Emigrantes	17	7	65	29	44,5	29	43,5
Imigrantes	21	6	45	21	33	28	32

3. A questão

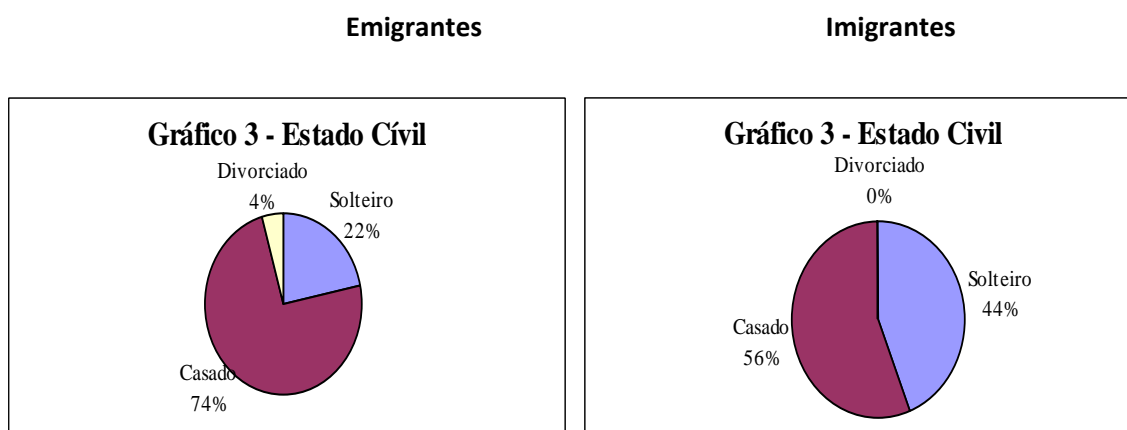
“Refira o seu estado civil”,

Cujas respostas dos inquiridos estão presentes no gráfico 3, apresentam para.

- a emigração uma percentagem de 74% de casados, 22% de solteiros e 4% de divorciados;

- no caso da imigração a percentagem de casados é de 56% e de solteiros 44%, não havendo divorciados.

A percentagem de casados é superior em 18% no caso dos emigrantes, a percentagem de solteiros é superior em 22% no caso dos imigrantes, não havendo casos de divórcio entre as famílias imigradas.



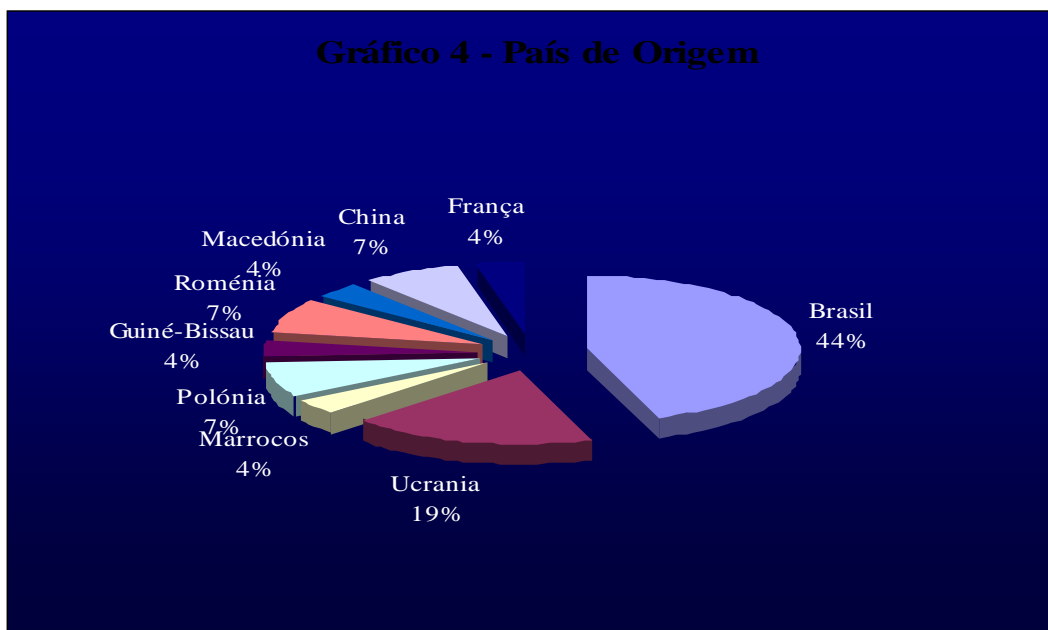
Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

4. No que se refere à questão

“Escreva o nome da localidade/ concelho a que pertence”,

no caso dos emigrantes responderam não a localidade/concelho aonde pertenciam, mas mencionaram o País, todos eles, como é óbvio Portugal.

Os imigrantes mencionaram também apenas o seu País de origem, em que a maioria era proveniente, como mostra o gráfico 4, do Brasil (44% dos inquiridos), seguido da Ucrânia (com 19%) e da Polónia, Roménia e China (com 7% cada). Provenientes da França, Macedónia, Guiné-Bissau e Marrocos apenas são provenientes, em cada um dos países 4% do total dos inquiridos.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

A predominância de imigrantes brasileiros no Concelho de Macedo de Cavaleiros, seguido de imigrantes provenientes dos países de Leste, num total de 37% (Ucrânia com maior percentagem, seguida da Polónia, *exaequo* com a Roménia e depois a Macedónia) é uma realidade que vai de encontro aos estudos efectuados a nível nacional. Os oriundos de África são no Concelho um total de 8%, tendo os provenientes da China uma expressão de 7%.

5. À questão “Mencione a idade tinha quando emigrou/imigrou”, ela está impressa no quadro 2, sendo:

- quatro o número dos emigrantes que o fizeram com vinte anos, tendo imigrado apenas um com essa idade;

- três o número dos emigrantes com vinte e quatro anos de idade, enquanto que, no caso dos imigrados três tinham de vinte e seis anos, três vinte e sete e três trinta anos de idade;

- dois emigraram com vinte e um, dois com vinte e sete e dois com trinta anos, enquanto que, no caso dos imigrantes dois tinham vinte e quatro anos, dois vinte e oito, dois trinta e dois e dois trinta e cinco anos de idade;

- com onze, vinte e dois, vinte e três, vinte e cinco, vinte e oito, trinta e seis, trinta e oito, trinta e nove, quarenta, quarenta e seis e quarenta e oito apenas emigrou um em cada uma das idades mencionadas, os imigrantes apenas um em cada uma das idades de treze, de dezassete, de dezoito, de dezanove, de vinte, de vinte e um, de vinte e dois, de vinte e cinco, vinte e nove e de trinta e um anos de idade procuraram um novo país de destino.

Quadro 2 – Idade com que emigrou/imigrou

Mencione a idade que tinha quando emigrou	
Anos de idade	Nº de emigrantes
11	1
20	4
21	2
22	1
23	1
24	3
25	1
27	2
28	1
30	2
36	1
38	1
39	1
40	1
46	1
48	1
Total	24

Mencione a idade que tinha quando imigrou	
Anos de idade	Nº de imigrantes
13	1
17	1
18	1
19	1
20	1
21	1
22	1
24	2
25	1
26	3
27	3
28	2
29	1
30	3
31	1
32	2
35	2
Total	27

Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

O quadro 3 agrupa os migrantes por classes ou grupos etários com intervalos de 5.

A sua análise permite constatar que entre:

- os 11 e os 15 anos de idade *inclusivé* saiu de e chegou a Portugal apenas um inquirido;
- os 16 e os 20 *inclusivé* saíram e chegaram a Portugal 4;
- os 21 e 25 anos, *inclusivé*, foi maior o número de emigrantes, 8 no total, do que o de imigrantes, apenas cinco;
- os vinte e seis e os trinta anos *inclusivé*, apenas cinco saíram de Portugal que recebeu doze;
- os trinta e seis e os quarenta *inclusivé*, emigraram quatro e não chegaram imigrantes;
- os quarenta e um e os quarenta e cinco *inclusive* não houve saídas nem entradas;
- os quarenta e seis e os cinquenta anos *inclusivé* apenas dois dos inquiridos saíram de Portugal.

Em ambos os casos os que resolveram procurar outros tipos de vida noutros países eram, sobretudo, jovens.

Quadro 3 – Agrupamento dos migrantes por classes etárias

Grupos etários (Idade em anos)	Emigrantes	Imigrantes
[11-15]	1	1
[16-20]	4	4
[21-25]	8	5
[26-30]	5	12
[31-35]	0	5
[36-40]	4	0
[41-45]	0	0
[46-50]	2	0

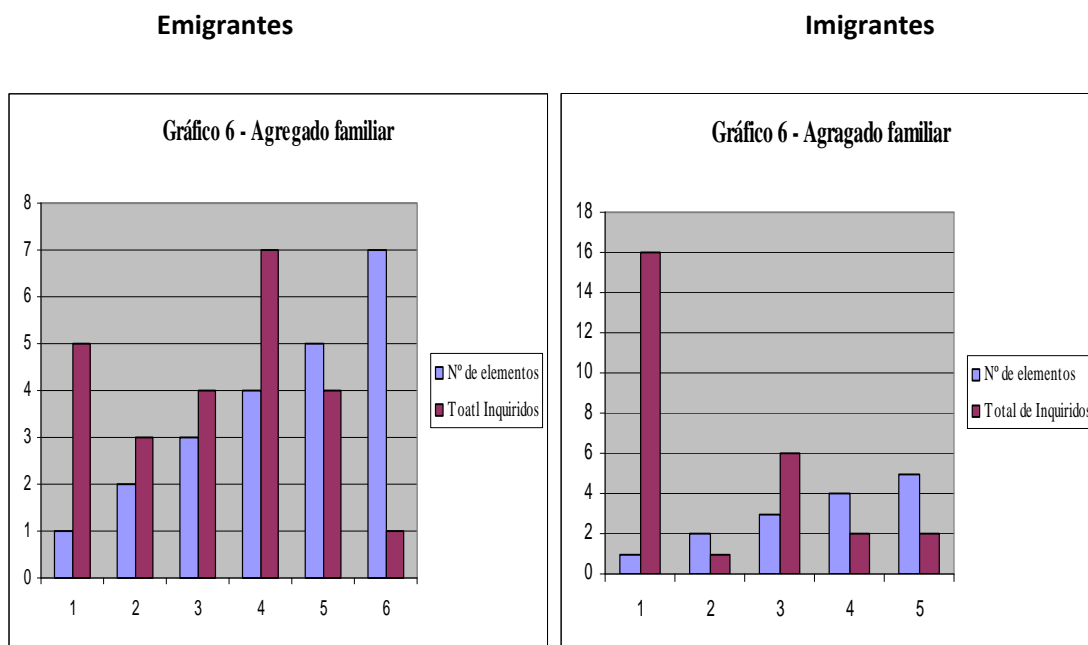
Fonte. dados com base no quadro 2

6. Para a questão

“Escreva o número de elementos que constituem o seu agregado familiar”, como evidencia o gráfico 6,

- sete emigrantes inquiridos responderam ter quatro elementos, cada um, no seu agregado familiar;
- cinco responderam ter apenas um elemento, cada um;
- quatro responderam ter cinco elementos, cada um;
- quatro responderam ter três elementos;

- três disseram ter dois elementos, cada um e;
- um respondeu ter sete elementos.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

No que respeita à população imigrante:

- dezasseis dos inquiridos disseram ter um elemento, cada um;
- seis responderam três elementos;
- dois disseram ter quatro elementos;
- dois disseram ter cinco elementos e;
- só um dos inquiridos disse ter dois elementos.

Em média, o número de elementos por agregado familiar é maior nas famílias emigradas.

7. Tendo sido dadas várias opções para a questão “Assinale as habilitações académicas que possuía no momento em que emigrou/imigrou”, deduz-se pelo quadro 4 e pelo gráfico 7, que em relação

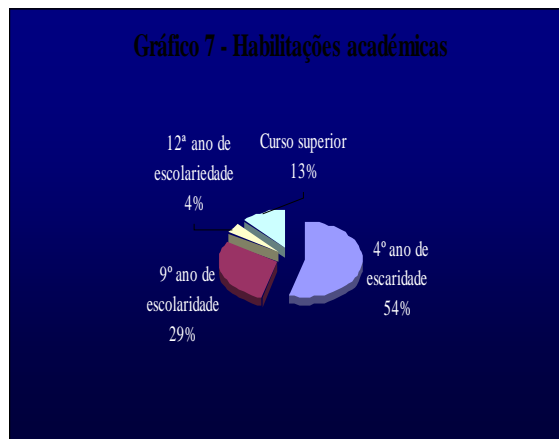
aos emigrantes havia, com o:

- “4º ano de escolaridade” treze indivíduos, equivalente a 54% dos inquiridos;

- “9º ano de escolaridade” 7, correspondentes a 29% dos inquiridos;
- “12ª ano de escolaridade” 1, ou seja 4% de inquiridos;
- “Curso superior” três, igual a 13% de inquiridos.

Quadro 4 – Habilitações académicas dos Emigrantes

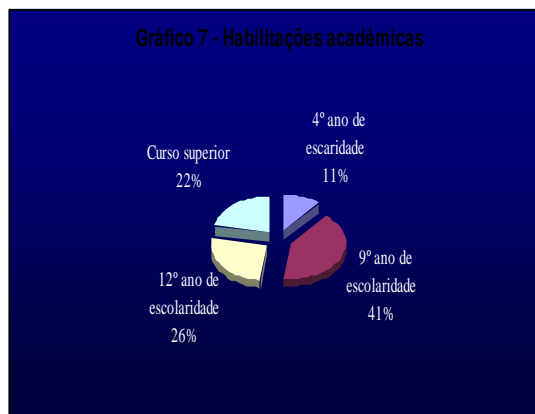
Assinale as habilitações académicas que possuía no momento em que emigrou	
4º ano de escolaridade	13
9º ano de escolaridade	7
12ª ano de escolaridade	1
Curso superior	3
Total	24



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Quadro 4 – Habilitações académicas dos Imigrantes

Assinale as habilitações académicas que possuía no momento em que imigrou	
4º ano de escolaridade	3



9º ano de escolaridade	11
12º ano de escolaridade	7
Curso superior	6
Total	27

Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Quanto aos imigrantes, visível no quadro 4 e no gráfico 7, havia, com o:

- “4º ano de escolaridade 11% dos inquiridos;
- “9º ano de escolaridade” 41% dos inquiridos;
- “12º ano de escolaridade” 26% dos inquiridos;
- “Curso superior” 22% dos inquiridos.

As habilitações académicas dos imigrantes são de nível superior, o que os torna em mão-de-obra mais qualificada, mas não aproveitada em Portugal.

O Senhor Presidente da Câmara de Macedo, questionado sobre a forma como tenta enquadrar os diferentes migrantes em empregos adequados à sua formação, de acordo com as suas qualificações, ou segue outros critérios retorquiu que os emigrantes não têm “necessidade de acompanhamento a este nível (...), pois é nos países de acolhimento, junto das entidades locais que eles procuram apoio e respostas (...)”.

Já no caso dos imigrantes, refere o CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) que “procura articular com as entidades locais, regionais e nacionais públicas e privadas e, por vezes contactando directamente possíveis empregadores (...)” como sendo o órgão ideal para ajudar a solucionar esses problemas.

Refere ainda que “É comum o Imigrante ter formação e procurar os nossos serviços para obter informações sobre como requerer a equivalência escolar em Portugal dos certificados obtidos no país de origem, procurarem auxílio quando estão desempregados (...), em algumas situações pontuais em que foram enganados pelas entidades patronais (não tinham contrato, não tinham as contribuições para a Segurança Social e Finanças em ordem como julgavam...)”.

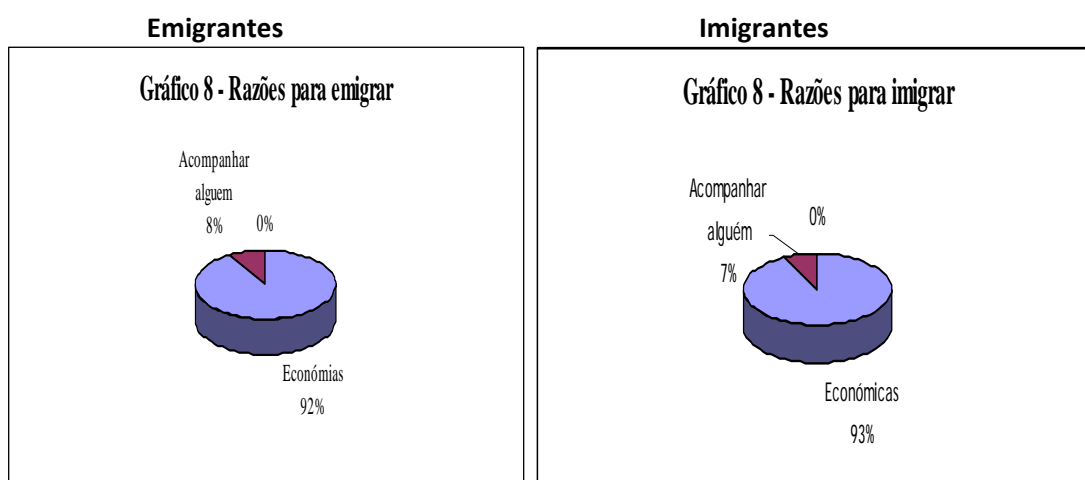
O apoio é-lhe dado pelo animador, que o ajuda “no contacto com o Centro de Emprego, os Serviços de Finanças, a Segurança Social, entre outros, objectivando a resolução de cada situação”.

8. Entre as várias opções apresentadas para a questão

“Indique as principais razões que o levaram a imigrar”, é observável no gráfico 8 que

para emigrar as razões “Económicas” apresentam uma percentagem de 92% contra 93% para a imigração, valores bastante aproximados;

- “Outras” razões houve para que as pessoas se deslocassem dos seus países de origem e 8% dos emigrantes indicaram que iam “Acompanhar alguém” e apenas 7% dos imigrantes referiram o mesmo, também valores igualmente próximos.

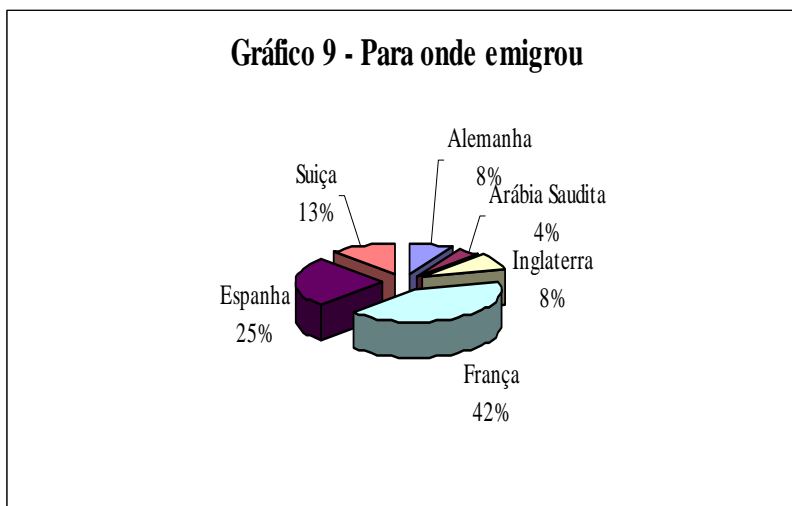


Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Razões “Sociais”, “Religiosas”, “Culturais” e “Políticas” não foram mencionadas em nenhum dos casos.

9. Os países mais referidos como resposta à questão

“Mencione o País que escolheu para emigrar”, evidenciados no gráfico 9, com maior percentagem de respostas, 42%, foi a França, seguido da Espanha com 24%, depois a Suíça com 12%, a Alemanha e a Inglaterra com 8% cada um e por último a Arábia Saudita com 4%.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

10. Sendo dadas várias hipóteses de escolha ao pedir que

“Assinale as razões que considerou mais importantes para a escolha desse país”, visível no gráfico 10,

Os emigrantes responderam que:

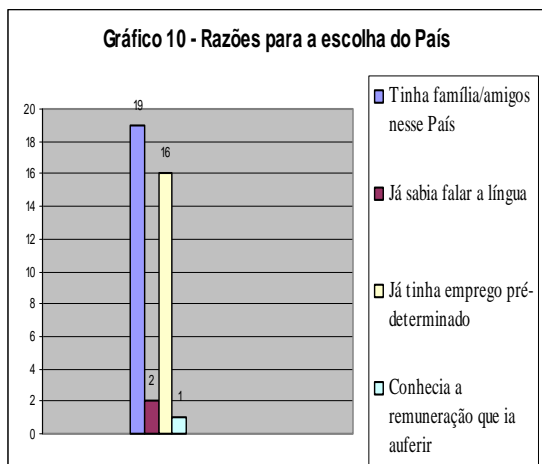
- “Tinha família/amigos nesse país”, dezanove dos inquiridos;
- “Já tinha emprego pré-determinado”, dezasseis dos inquiridos;
- “Já sabia falar a língua”, dois dos inquiridos;
- “Conhecia a remuneração que ia auferir”, apenas um inquirido se referiu a esta situação.

Às questões - “Conhecia o apoio dado aos trabalhadores imigrantes”, “Era mais fácil aprender a língua” e “Era mais fácil a viagem” não foram dadas quaisquer respostas.

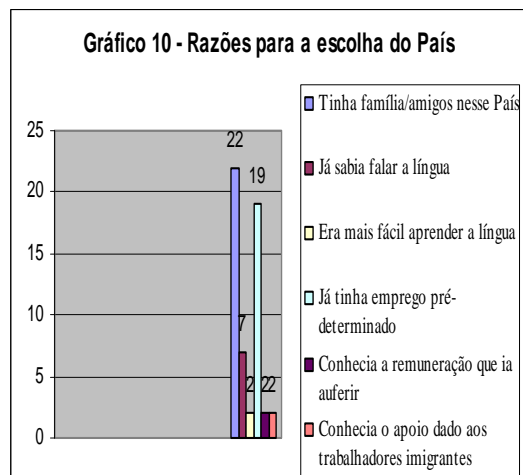
Os imigrantes responderam à questão:

- “Tinha família/amigos nesse país”, vinte e dois dos inquiridos;
- “Já sabia falar a língua”, sete dos inquiridos;
- “Era mais fácil aprender a língua”, para dois dos inquiridos;
- “Já tinha emprego pré-determinado”, dezanove dos inquiridos;
- “Conhecia a remuneração que iam auferir”, dois dos inquiridos;
- “Conhecia o apoio dado aos trabalhadores imigrantes” dois dos inquiridos e se;
- “Era mais fácil a viagem”, não foi mencionado por nenhum dos deslocados.

Emigrantes



Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Quando foi colocada a questão ao Senhor Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros se estava preocupado com o problema dos migrantes não falarem a língua portuguesa, que meios disponibilizava e como agia face à promoção dessa aprendizagem comentou apenas estar “muito sensibilizado para esta questão específica, pois a integração dos imigrantes é fortemente condicionada pelo domínio ou não da língua portuguesa”

Como tal “ os imigrantes que se deslocam aos nossos serviços e que solicitem apoio nesse sentido, obterão certamente uma resposta técnica adequada, com informação das entidades que os podem auxiliar na aprendizagem da língua portuguesa”.

11. “Refira se o processo de deslocação foi feito de”:

- “Forma legal” ou de;
- “Forma clandestina ou ilegal”.

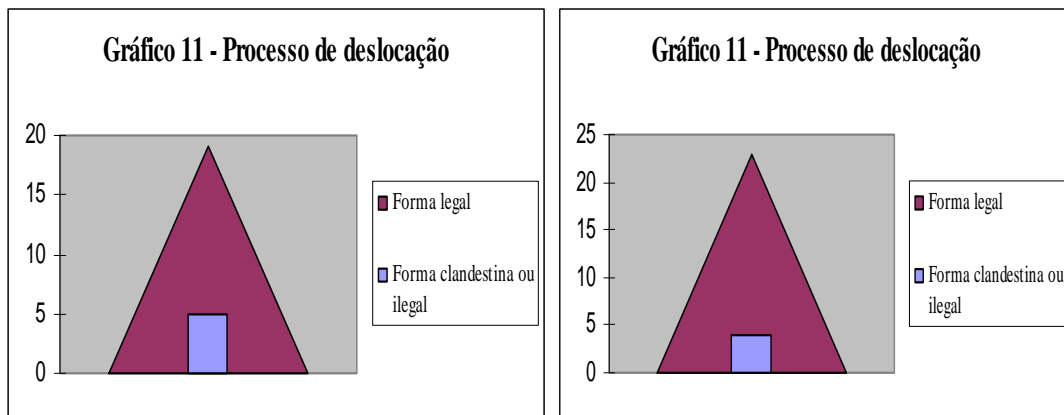
O gráfico 11 permite verificar que:

- em relação aos emigrantes dezanove referiram que o processo foi feito de forma legal e cinco de forma clandestina ou ilegal;

- quanto aos imigrantes vinte e três responderam que o processo foi feito de forma legal e quatro de forma clandestina ou ilegal.

Emigrantes

Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Os apoios que o senhor Presidente da Câmara coloca à disposição dos migrantes, no sentido de facilitar a sua legalização são:

- O Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI), criado “através de uma parceria entre o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros”. É um gabinete que “presta serviço de atendimento e aconselhamento técnico, para os imigrantes de todo o Distrito de Bragança, independentemente da nacionalidade, religião ou etnia”;

- “Posto Multimédia (...) com um computador com acesso à Internet, nomeadamente ao www.acime.gov.pt, (...)”;

- “Telefone SOS Imigrante (...) com um atendimento multilingue (...)”;

- “Folhetos de Informação (...) folhetos temáticos em 3 línguas – Português, Inglês e Russo” com resumos de temas importantes como a “lei da imigração, guia da saúde para o imigrante, nacionalidade, reagrupamento familiar, programa de retorno voluntário, ensino, (...)”.

A fim de preservar a privacidade de cada um, o Senhor Presidente diz que “O atendimento é anónimo”, feito por um “Animador” e que versa sobre tudo o que os imigrantes pretendem saber, nomeadamente colocá-los em “contacto com consulados e embaixadas e serviço de estrangeiros e fronteiras”.

No caso dos emigrantes e no sentido de “apoiar aqueles que um dia tiveram necessidade de encontrar melhores condições de vida fora de Portugal, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas criaram o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)”.

Este gabinete, refere ainda o Senhor Presidente presta serviços “relacionados com a: Segurança Social (pensões de invalidez, velhice, complemento de reforma, incapacidade de

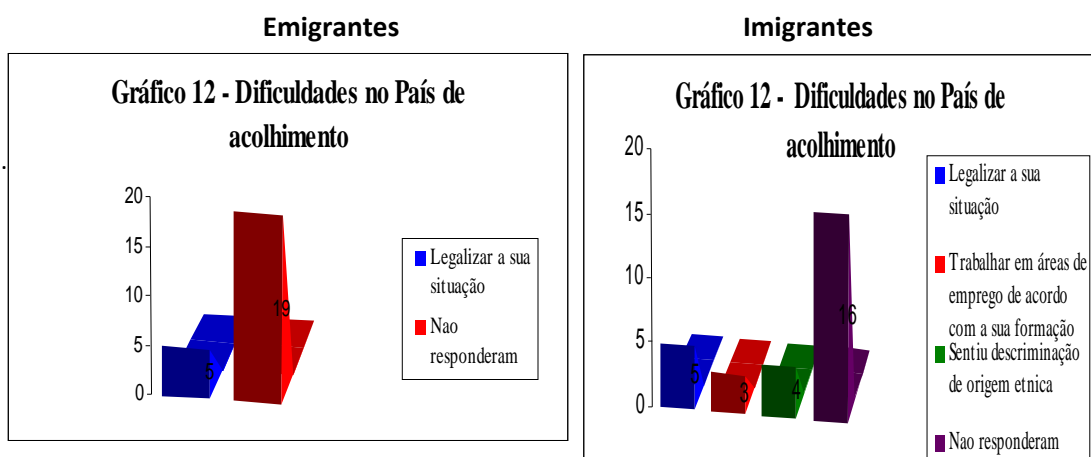
trabalho...), troca de carta de condução, legalização de viaturas, articulação com outras instituições de forma a auxiliar na resolução de vários problemas”.

12. “Assinale quais foram as principais dificuldades que sentiu no país de acolhimento”:

- “Legalizar a sua situação”;
- “Trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação”;
- “Sentiu discriminação de origem”: - “Étnica”; - “Social”; - “Económica”;
- “Essa discriminação teve impactos a nível da”: - “Habitação”; - “Saúde”; - “Educação”.

Como podemos verificar no gráfico 12 as dificuldades são variadas, pois enquanto que na população emigrante cinco dos inquiridos responderam que sentiram dificuldade em legalizar a sua situação, dezanove dos inquiridos não responderam e nenhum referiu qualquer outro tipo de dificuldades; na população imigrante, cinco referiram que sentiram dificuldades em legalizara sua situação, três disseram sentir dificuldades em trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação, quatro sentiram discriminação de origem étnica e quinze não responderam nem mencionaram nenhuma das outras dificuldades que forma propostas.

Para promover uma integração social e cultural, no sentido de impedir ou minimizar a discriminação social e étnica, o Senhor Presidente do Município “apoia a Associação Comercial local na realização da Festa do Emigrante. Este certame realiza-se anualmente, proporcionando aos migrantes um espaço de convívio e de lazer, reconhecendo a sua muita importância na economia local (...)”.



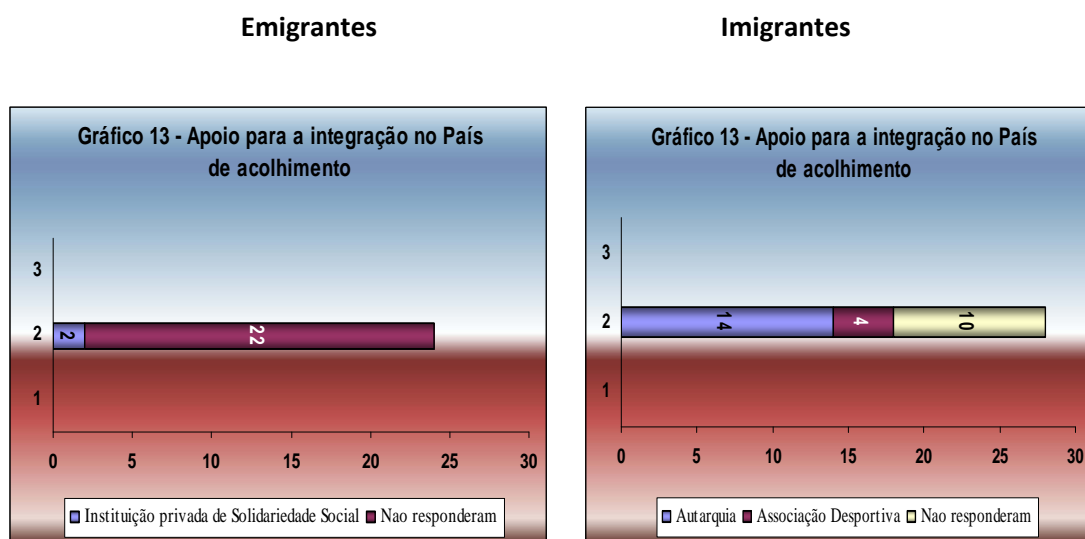
Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

13. Para a questão “Mencione se, no sentido de uma integração na sociedade, teve algum apoio dado por uma”:

- “Autarquia”;
- “Organização religiosa”;
- “Organização Não Governamental”;
- “Instituição Privada de Solidariedade Social”,
- “Outras associações” e “Indique o nome”;

O gráfico 13 mostra que, em relação ao apoio sentido, dois emigrantes disseram ter tido apoio de uma Instituição Privada de Solidariedade Social, os restantes vinte e dois, não responderam, nem mencionaram nenhuma das propostas apresentadas.

Catorze imigrantes disseram ter tido apoio da Autarquia, enquanto que quatro dos inquiridos foram apoiados por uma Associação Desportiva e onze dos inquiridos não responderam.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Além das opiniões veiculadas pelos inquiridos, o Senhor Presidente da Autarquia de Macedo de Cavaleiros diz que “O nosso Concelho sempre se caracterizou mais pela emigração do que pela imigração. A imigração é um fenómeno recente e pouco significativo no nosso concelho, sendo que os imigrantes se integram com alguma facilidade nos hábitos e cultura de vida locais. Apesar de tudo estamos atentos à variação destes fluxos e sempre que seja solicitado ao Município apoio para estes fins, obviamente seremos os primeiros a apoiar as suas iniciativas, tal como apoiamos diversas iniciativas de associações locais”.

No que diz respeito a fomentar actividades culturais de integração, o entrevistado diz que “Todos os serviços e eventos (...) a par com todo um conjunto de actividades culturais e recreativas de carácter mais regular que existem no Concelho (teatros, actividades desportivas, certames, debates e conferências, festas e romarias...) e nas quais elas podem

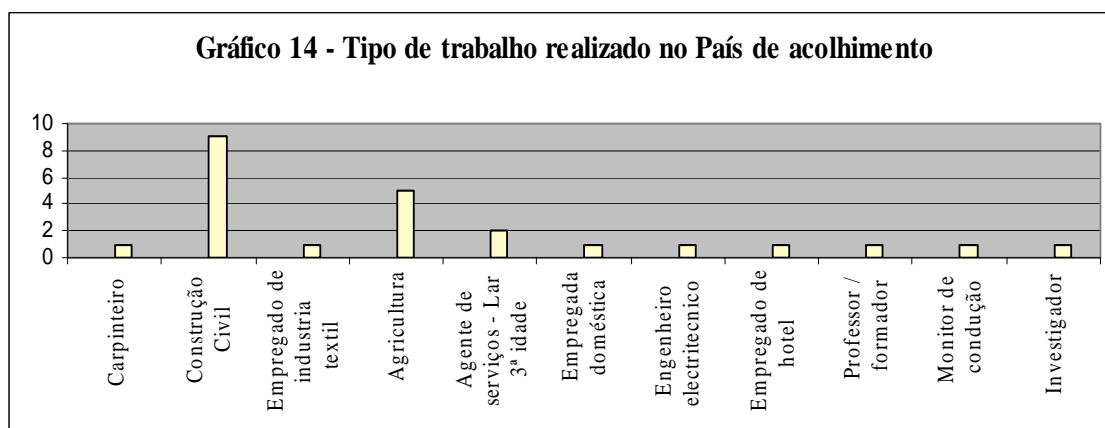
participar e muitos deles já participam, contribuem como veículo facilitador da aproximação sócio-cultural dos migrantes à cultura local”

O apoio logístico com a finalidade de recriação da sua cultura de origem é sempre dado desde que solicitado, embora seja referido pelo entrevistado que “O nosso Concelho sempre se caracterizou mais pela emigração do que pela imigração. A imigração é um fenómeno recente e pouco significativo no nosso concelho, sendo que os imigrantes se integram com alguma facilidade nos hábitos e cultura de vida locais”.

14. “Escreva o tipo de trabalho realizado nesse País”,

Como podemos constatar no gráfico 14, a população emigrante trabalha em maior parte na construção civil, obtendo-se nove respostas nesta profissão, de seguida aparece a agricultura com cinco inquiridos; com dois inquiridos aparece a profissão de agente de serviços – lar de 3ª idade, com dois, todas as outras profissões, como carpinteiro, empregado de indústria têxtil, empregada doméstica, engenheiro electrotécnico, empregado de hotel, professor/formador, monitor de condução e investigador tiveram apenas uma resposta cada uma.

Emigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

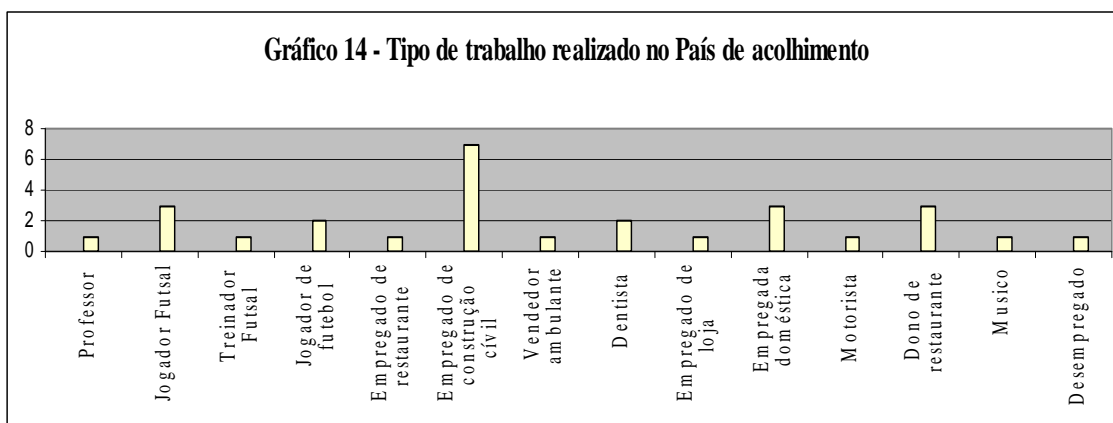
A população imigrante também referiu que

- a construção civil era a mais ocupada, com sete inquiridos;
- seguida da profissão de jogador de *futsal*, empregada doméstica e dono de restaurante com três inquiridos cada;
- dois inquiridos referiram a profissão de jogador de futebol outros dois de dentista;

- as restantes profissões; professor, treinador de *futsal*, empregado de restaurante, vendedor ambulante, empregado de loja, motorista e músico, foram apenas apontadas por um inquirido.

Um dos inquiridos referiu estar desempregado.

Imigrantes



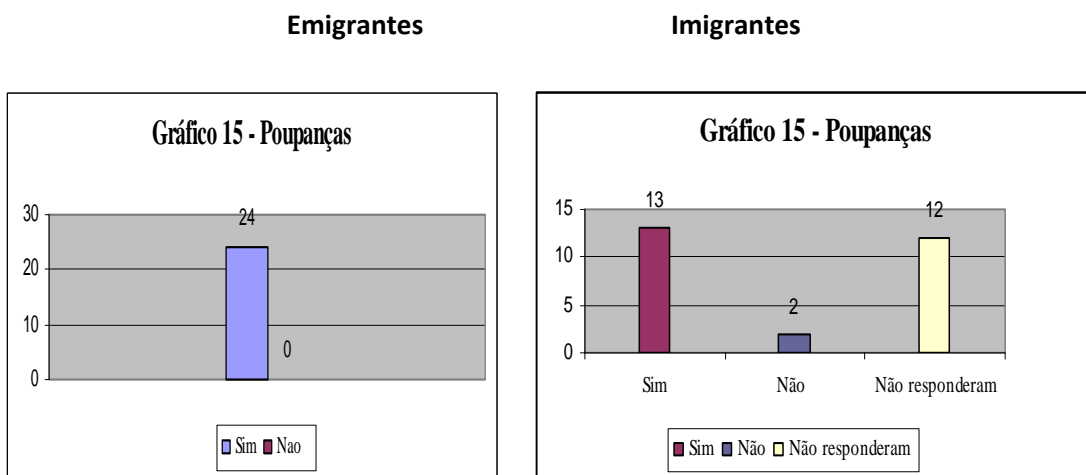
Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

15. Para a questão “Indique se esse tipo de trabalho lhe permitiu obter algumas poupanças”, como se pode verificar no gráfico 15,

- no caso dos emigrantes vinte e quatro responderam sim,

enquanto que;

- os imigrantes responderam treze sim e dois não.

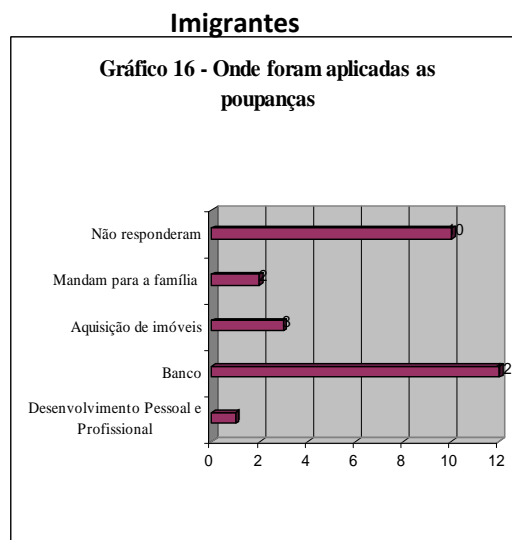
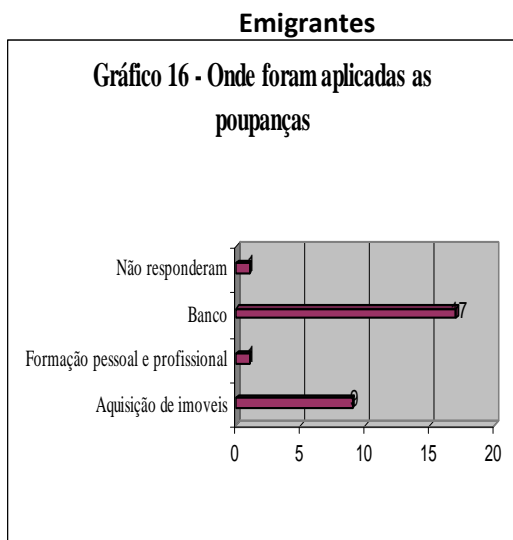


Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

No caso de ter respondido sim à questão anterior.

16. “Escreva o(s) sector(es) em que foram aplicadas essas poupanças”, como se pode analisar pela observação do gráfico 16,

- dezassete dos emigrantes inquiridos responderam ter depositado as poupanças no banco;
- nove na aquisição de imóveis;
- um em formação pessoal e profissional e;
- um não respondeu;
- doze dos imigrantes responderam que depositaram as poupanças no banco;
- três na aquisição de imóveis;
- dois mandam as poupanças para a família;
- um aplica em desenvolvimento pessoal e profissional e;
- dez dos inquiridos não responderam.



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

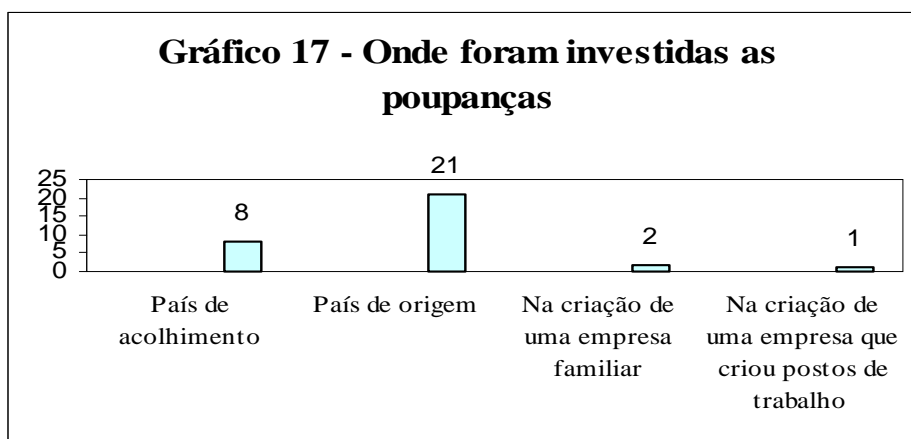
17. O gráfico 17 mostra os dados obtidos relativamente às questões “Assinale onde/como foram investidas essas poupanças”:

- “No País de acolhimento”;
- “No País de origem”;
- “Na criação de uma empresa familiar”;
- “Na criação de uma empresa que criou postos de trabalho”.

No que diz respeito aos emigrantes:

- vinte e um dos inquiridos investiram no País de origem, ou seja em Portugal;
- oito no País de acolhimento;
- dois na criação de uma empresa familiar e;
- um na criação de uma empresa que criou postos de trabalho.

Emigrantes

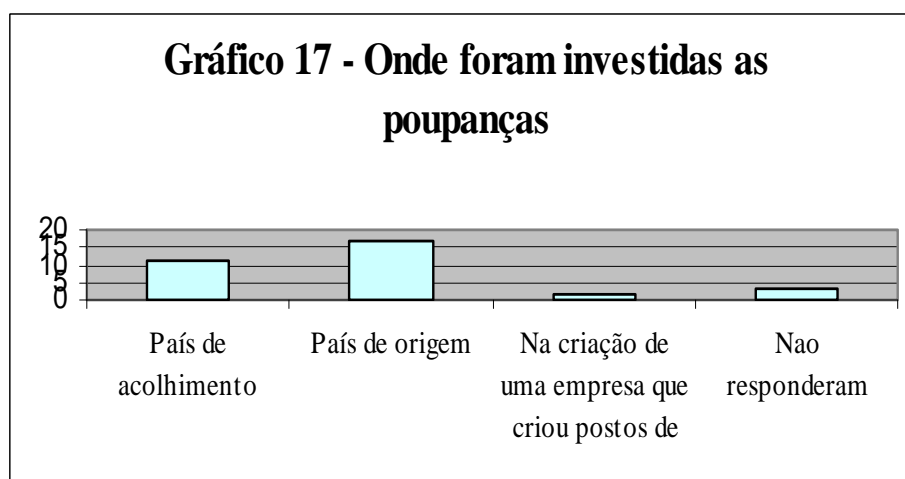


Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

No caso dos imigrantes:

- dezassete responderam no País de origem;
- onze no País de acolhimento;
- dois na criação de uma empresa que criou postos de trabalho e;
- três não responderam.

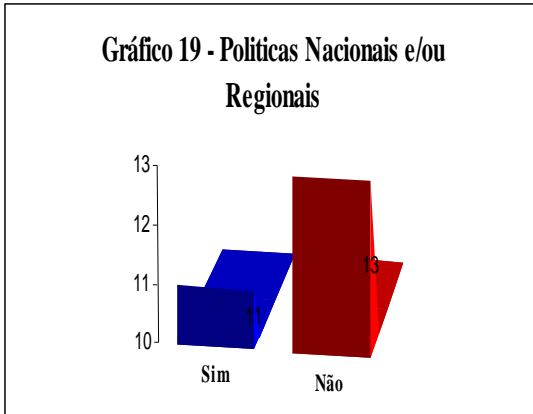
Imigrantes



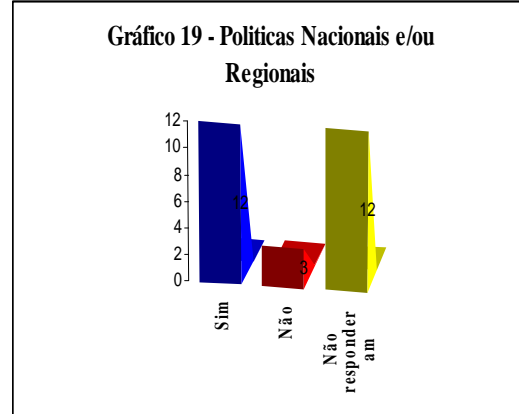
Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

18. No gráfico 18 verificamos que vinte dos emigrantes responderam que o investimento que fizeram com as suas poupanças teve impacto local e quatro não responderam à questão

Emigrantes



Imigrantes

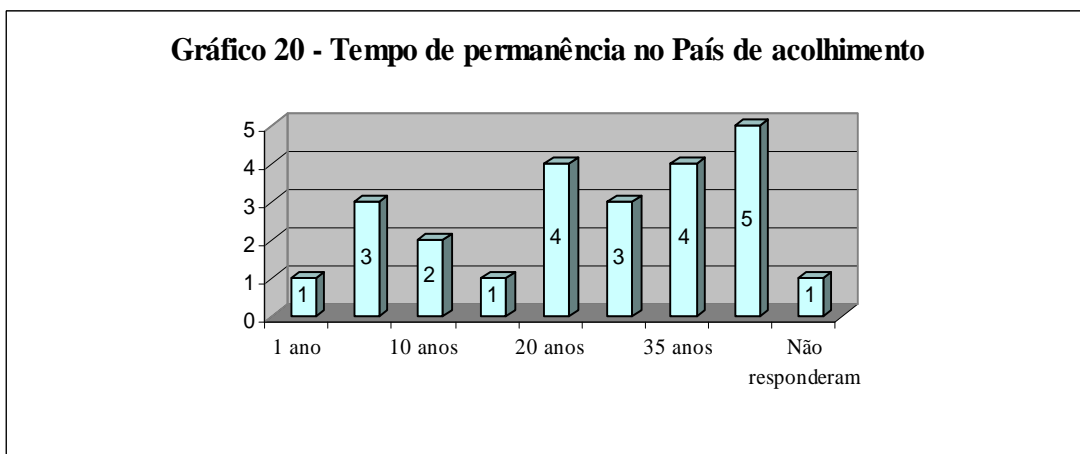


Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

20. “Indique quanto tempo pensa ou pensou trabalhar no país de acolhimento”;

- Cinco dos emigrantes, como se pode constatar no gráfico 20, disseram que pretendiam ficar no País para onde se deslocaram até à reforma ou para sempre;
- quatro disseram pretender ficar vinte anos;
- igualmente quatro pretendem ficar trinta e cinco anos;
- três dos inquiridos pretendem ficar trinta anos;
- o mesmo número, três disseram ficar cinco anos;
- um inquirido disse que ia ficar apenas um ano e;
- um não respondeu à questão.

Emigrantes

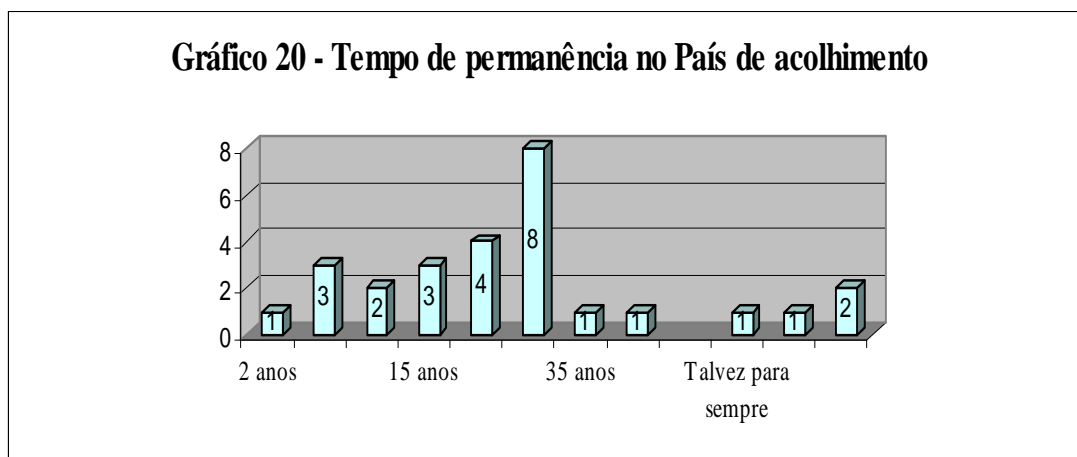


Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

- Oito dos imigrantes disseram que iriam ficar trinta anos,
- quatro responderam vinte anos;
- três disseram quinze anos;
- três referiram cinco;
- dois pretendem ficar dez anos;
- um disse ficar dois anos;
- um disse ficar trinta e cinco anos;
- um disse ficar cinquenta anos,
- apenas um disse que ficará até a reforma ou para sempre e;
- um disse ficar para sempre.

Dois dos inquiridos não responderam à questão formulada.

Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

21. “Assinale se sentiu sempre vontade de regressar ao país de origem”, foi uma questão respondida, como se pode verificar no gráfico 21,

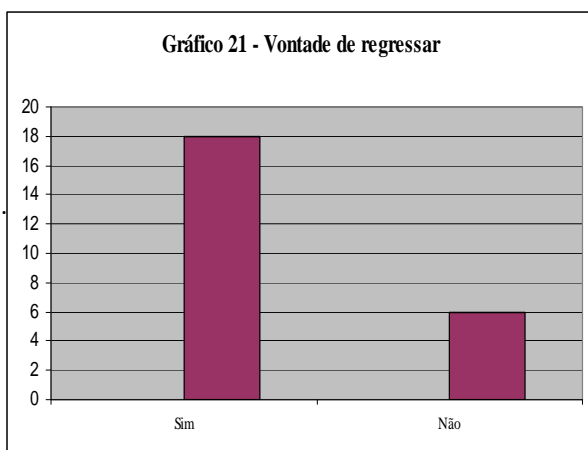
- por dezoito dos emigrantes que responderam sentir vontade de regressar ao seu País e por;
- seis que disseram não têm esse desejo.

Quanto aos imigrantes

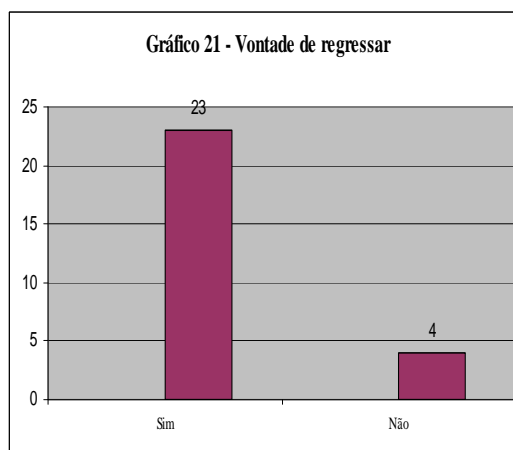
- vinte e três disseram ter esse desejo e;

- quatro disseram que não.

Emigrantes



Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

22. As respostas à questão “Se respondeu sim, refira as principais razões que contribuíram para o seu regresso” podem ser observadas no gráfico 22.

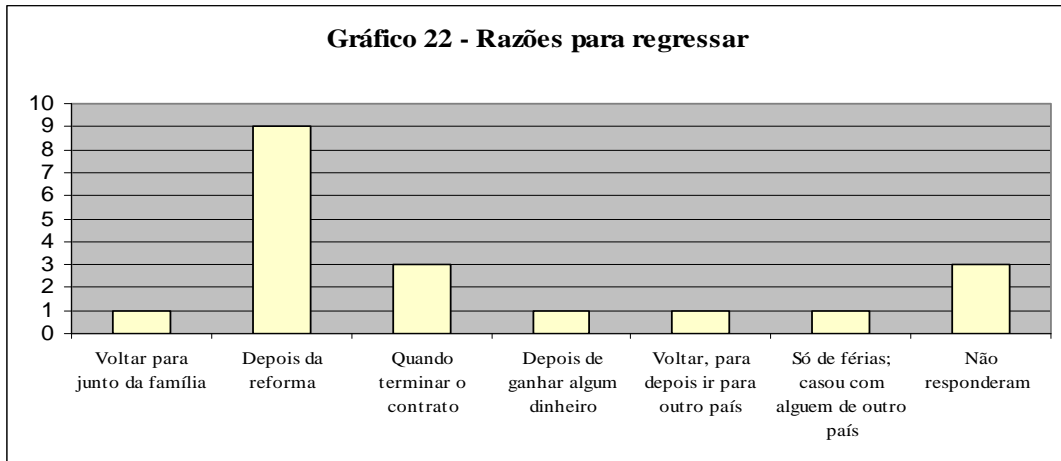
No caso dos:

- emigrantes, nove disseram que regressariam quando tivessem a reforma, três apontaram o término do contrato para regressarem, um disse que voltava pela família, um referiu que regressava depois de ter algum dinheiro, um outro disse que voltava apenas algum tempo, mas depois ia para outro país, um outro disse que só regressaria de férias, pois casou no país de acolhimento e três não responderam.

No caso dos

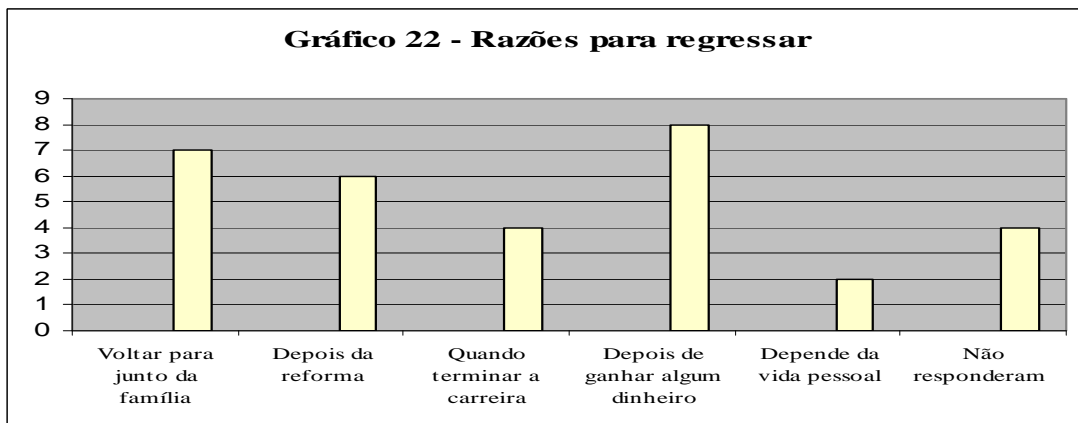
- Inquiridos na população imigrante, oito só regressarão depois de ter algum dinheiro, sete pretendem regressar por causa da família, seis só depois da reforma, quatro só quando terminarem a carreira, dois disseram que dependia da forma como se organizasse a vida pessoal e quatro não responderam.

Emigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

Imigrantes



Fonte: dados obtidos por inquérito por questionário

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Conclusões

Como nota introdutória às conclusões finais da pesquisa sobre o tema Fluxos Migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Distrito de Bragança, deve-se salientar que elas são fruto da apresentação e análise dos resultados que seguiu o modelo proposto nas questões formuladas, nos objectivos definidos, na análise das variáveis, no tratamento dos dados obtidos pelas respostas aos inquéritos e à entrevista, bem como o quadro conceptual construído a partir do enquadramento teórico.

Assim:

1. A idade média dos emigrantes era superior, sendo mais jovens os imigrantes, mas o maior número quer de emigrantes quer de imigrantes tinham mais ou menos a mesma idade, vinte e oito, vinte e nove anos, quando migraram. Era uma população jovem em idade de trabalhar;

2. A maioria dos migrantes é do sexo masculino;

3. A percentagem dos emigrantes casados era superior à dos imigrantes (74% e 56%, respectivamente) e a percentagem dos emigrantes solteiros era metade da dos imigrantes (22% e 44%, respectivamente).

Contudo, predominam os casados nos dois grupos em análise;

4. A maioria dos imigrantes é proveniente do Brasil (44%), seguido dos países de Leste (38% vindos da Polónia, Roménia, Macedónia, Ucrânia, que se destaca relativamente aos outros) e de África (Marrocos e Guiné-Bissau com 4% cada);

5. Os emigrantes saem mais cedo de Portugal (20 anos) do que os imigrantes dos seus países de origem (26, 27, 30 anos). O maior número de emigrantes, doze, parte com idades entre os 26 e os 30 anos e o maior número de imigrantes, oito, chega com idades compreendidas entre os vinte e um e vinte e cinco anos. Em ambos os grupos predominam os jovens;

6. O agregado familiar dos emigrantes, com 3,25 elementos em média, é maior que o dos imigrantes, com 2 elementos em média;

7. A maioria dos emigrantes apresenta habilitações académicas baixas, 54%, a maioria possui apenas o 4º ano de escolaridade.

Os imigrantes apresentam qualificações superiores, 22% têm um curso superior e 41% o 9º ano de escolaridade, o que torna a sua mão-de-obra mais qualificada;

8. As razões que levam os migrantes a deslocarem-se são, sobretudo, ou quase só de natureza económica;

9. O principal País de destino dos emigrantes foi a França (42% dos inquiridos), seguido da Espanha e o menos procurado foi a Arábia Saudita.

As principais razões da escolha desse País foram o terem familiares ou amigos a viverem lá e por essa razão emprego pré-determinado.

Para os imigrantes que procuraram Portugal as razões por eles manifestadas foram sensivelmente as mesmas;

10. O processo de deslocação foi, nos dois casos, feito de forma legal, apenas cinco emigrantes reconhecem que o fizeram ilegalmente, bem como quatro imigrantes;

11. As maiores dificuldades sentidas foram em legalizar a sua situação, quer nos que saíram quer para os que entraram.

Os imigrantes referem dificuldades de discriminação de natureza étnica e o facto de não encontrarem trabalho nas suas áreas de formação.

No entanto, a maioria dos inquiridos não apontou nenhuma outra dificuldade, não respondendo até às propostas que foram feitas;

12. Os emigrantes receberam apoio de uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS) e os imigrantes, catorze, dizem sentir o apoio da Autarquia e quatro foram apoiados por uma Associação Desportiva;

13. Quanto ao trabalho realizado no País de acolhimento pelos diferentes migrantes, a predominância vai para a construção civil;

14. O trabalho realizado permitiu a vinte e quatro emigrantes obter algumas poupanças que, na maioria dos casos, foram depositadas no banco e algumas na aquisição de imóveis, mas sempre investidas no País de origem (só oito referiram que o fizeram no País de acolhimento) e apenas um investiu numa empresa que criou postos de trabalho.

Treze dos imigrantes dizem ter obtido poupanças com o seu trabalho, doze dizem tê-las depositado no banco, também alguns dizer enviar à família, o investimento com essas poupanças é feito no País de origem por dezassete dos inquiridos e no País de acolhimento por onze. Apenas dois investiram numa empresa que criou postos de trabalho;

15. O impacto do investimento das poupanças dos migrantes, dizem os inquiridos ter sido apenas a nível local;

16. O conhecimento da existência de políticas nacionais e ou regionais de promoção de integração dos imigrantes é conhecida sensivelmente por apenas 50% dos inquiridos, não tendo a maioria, sequer, respondido a esta questão;

17. O tempo que cada um dos emigrantes pensa ou pensou trabalhar no País de acolhimento é variável, mas cinco pretendiam ficar para sempre ou até à reforma, mas dezoito dizem ter sentido vontade em regressar à sua terra.

Oito imigrantes são de opinião que pensam trabalhar em Portugal cerca de trinta anos e só um pensa ficar para sempre, pois vinte e três sentem vontade de regressar às suas origens;

18. As razões apontadas para o regresso são para nove emigrantes a reforma ou o fim do contrato e para os imigrantes o terem algum dinheiro ou então por causa da família.

Em síntese:

1. A pesquisa realizada permitiu pois, de acordo com as variáveis que possibilitaram o desenvolvimento de opiniões acerca dos objectivos formulados, dar resposta às questões que foram colocadas pelo problema.

2. Pela análise teórica apresentada, os fluxos migratórios na área em estudo, no interior do país, mais concretamente no Nordeste Transmontano, apresentam, grosso modo, as mesmas características de outras regiões do País;

3. Os factores determinantes para que esses fluxos acontecessem foram, sobretudo, de natureza económica;

4. A língua do país de acolhimento não é factor determinante para uma integração social plena dos migrantes;

5. As diferentes formas de discriminação (étnica, social, cultural, económica) não são acentuadas e não são consideradas condicionantes para um retorno dos migrantes ao país de origem;

6. As instituições locais tentam, com os meios que têm ao seu dispor, minimizar os efeitos de constrangimento das populações migrantes;

7. Os impactos económicos das poupanças dos migrantes, quer a nível local quer no seu país de origem, não têm expressão a nível do investimento, apenas servirão para atenuar as dificuldades económicas do agregado familiar dos migrantes.

2. Recomendações

Os imigrantes representam cerca de 10% da população activa, constituindo uma mais valia não só para a economia nacional como para o próprio tecido empresarial. A gestão da diversidade étnica, cultural e religiosa nas empresas públicas e privadas é um desafio que se coloca quer às médias quer às pequenas empresas. Esta realidade atribui às empresas a responsabilidade social de integração dos imigrantes, promovendo a igualdade de oportunidades e tratamento para todos, no sentido de valorização e de gestão desta diversidade cultural como motor de progresso económico.

Assim, recomenda-se quer a nível nacional, mas sobretudo a nível local/regional, onde se insere a pesquisa que:

1. Se promovam debates sobre a integração laboral e social e a gestão da diversidade nos contextos de trabalho e integração na sociedade. As empresas que apresentam boas práticas de integração dos estrangeiros nas políticas de responsabilidade social devem dar o seu contributo para esse debate;

2. Seja criado um programa de apoio aos doentes que tenha como objectivo dar resposta de acolhimento e apoio financeiro à saúde (Bolsas de Saúde), atribuindo apoios económicos variáveis conforme os casos. A saúde da população imigrante contribui para a competitividade e prosperidade dos locais onde se radica;

3. Se desenvolvam ou se implementem novas soluções de habitação e ou arrendamento para a população imigrante, criando um programa de financiamento à habitação.

O poder local deve ter como missão assegurar a concretização das políticas definidas pelo Governo nas áreas da habitação e reabilitação urbana, de forma articulada com a política de cidades e com outras políticas sociais de valorização do património.

A criação de um programa de financiamento à habitação visaria a resolução de situações de carências habitacionais de agregados familiares residentes na região.

O arrendamento para jovens isolados constituídos em agregados ou em coabitação deviam também ser apoiados financeiramente;

4. Se ponha em prática nos países de origem e de acolhimento, políticas (de acordo um estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), divulgado em Berlim, em Novembro de 2007, que diz que os fluxos migratórios podem ajudar na luta contra a pobreza global), que potenciem as sinergias e minimizem os constrangimentos, de forma a:

- Evitar a fuga de cérebros (uma realidade portuguesa, pois não são dadas condições de trabalho pelos responsáveis políticos), pois a fuga de quadros qualificados prejudica os mesmos;

- Criar medidas que intensifiquem o contacto dos imigrantes com baixos níveis de qualificação com os respectivos países de origem, pois a migração de trabalhadores com baixas qualificações tem grande impacto na luta contra a pobreza nos países de origem;

- Proceder à atribuição de um visto de entrada múltipla;

- Criar medidas que facilitem o envio de remessas para os países de origem;

5. Não se esqueça a importância da divulgação do trabalho e canais legais de imigração;

6. Se promova a formação profissional e linguística dos potenciais imigrantes;

7. Se criem medidas que visem a criação de um ambiente de desenvolvimento sustentado, como um *site* para facilitar as remessas de imigrantes e incentivos à criação de mecanismos, serviços e produtos financeiros no âmbito do microcrédito;

8. Se criem facilidades do acesso à saúde, à segurança social, ao trabalho justamente remunerado, a uma habitação condigna; à protecção à justiça, ao reagrupamento familiar, à diversidade cultural.

9. Se promova uma política de proximidade de serviços junto de potenciais utilizadores, descentralizando as suas funções, apoiando as juntas de freguesia do Concelho onde haja imigrantes, cedendo instalações para atendimento, actividades lúdicas, desportivas e culturais.

Estes factores podem ser determinantes no sentido de fixar as populações a nível local e evitar o despovoamento acelerado a que o concelho tem assistido.

A precaridade de emprego gera um maior empobrecimento, aumentando os conflitos sociais e originando vagas de migrações que buscam longe das suas origens os meios considerados mínimos para viver com dignidade.

A Autarquia de Macedo de Cavaleiros faz um balanço positivo do seu trabalho nesta área, pois o Senhor Presidente diz estar “muito satisfeito com os resultados obtidos até ao momento, pois a qualidade de serviços é reconhecida e elogiada pelos utilizadores”.

Mas, apesar disso, reconhece que ainda há um longo caminho a trilhar “no sentido de facultar serviços de excelência que dêem resposta a todas e quaisquer questões colocadas pelos migrantes, mas estamos optimistas, pois com as respostas dos serviços já disponíveis, entre os quais o CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante), único Gabinete existente na nossa região, temos conseguido facilitar a integração e responder às solicitações dos migrantes do Concelho”.

Deve estar atento aos problemas e às insatisfações que os migrantes apresentam, implementando no Concelho, políticas activas, no sentido de contribuir para uma integração plena dos que se aí se radicam.

Será necessário pensar em políticas de população, em políticas sociais que influenciem a demografia, medidas que tenham algum impacto não só a curto prazo (se for possível), mas a médio e a longo prazo.

É preciso pensar claramente quer no apoio à natalidade quer no planeamento familiar, quer nas regras de naturalização quer nas práticas de legalização dos imigrantes, quer nos subsídios às famílias com filhos, quer nos cuidados prestados aos idosos.

Começa a haver uma ténue esperança, mas o caminho ainda é longo, mas certo é que ele se faz caminhando.

10. Os poderes políticos nacionais e locais equacionem e resolvam os problemas reais causados pelas migrações.

De uma forma global Portugal é um país que apresenta fortes problemas demográficos, pois a par de um baixo índice de fecundidade sintética, de um envelhecimento progressivo e acentuado da população, carregou e carrega o problema de mobilidade populacional.

Se a emigração foi um problema de ontem e de hoje (já não tão acentuado como na década de 70), a imigração é um problema actual e uma realidade que nos diferentes contextos urge não ignorar.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. F.e Pinto, J: M. (1995). Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais. Em Almeida, J. F.e Pinto, J: M. (orgs) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- André, I. M. (2005). Família e Género. Em Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores.
- Barreto, A. e Pontes, J. (2005). *Portugal, Um Retrato Social – 01 Gente Diferente Quem somos, quantos somos e como vivemos*. Lisboa: Edição: Público – Comunicação Social, S.A.
- Detry, B. e Cardoso, A. (1996). *Construção do Futuro E Construção do Conhecimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. Em Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores.
- Huberman, M. e Miles, M. B. (1991). *Analyse des Données Qualitatives. Recueil de Nouvelles Méthodes*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, S. A..
- Instituto Nacional de Estatística (2007). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- *Internet, site da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros* (2008).
- Lakatos, E. M. e Marconi, M. A. (2002). *Fundamentos de Metodologia Científica*. S. Paulo: Editora Atlas, S:A.
- Lima, M.P. (1981). *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*. Porto: Editorial Presença.
- Malheiros, J. M. (2005). Migrações. Em Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores.
- Pinto, M. L. R. (1994). As Tendências Demográficas. Em Reis. A. (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Walby, S. (1990). *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Blackwel

ANEXOS

Anexo 1

Inquérito por questionário aos migrantes do Concelho de Macedo de Cavaleiros - Distrito de Bragança

A integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, tendo sempre presente a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

Assim, este inquérito por questionário visa não só a obtenção de dados que permitam analisar as actuais tendências migratórias e os impactos sócio-económicos que as mesmas têm no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, mas também reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes desta região.

Certos da sua boa vontade em nos ajudar a concretizar o estudo que nos propomos, agradecemos, desde já, a sua preciosa colaboração.

Em relação a cada questão, **escreva** ou **assinale** com uma **cruz** as respostas consideradas mais adequadas às questões que lhe são formuladas.

1. Escreva a sua idade _____

2. Mencione o seu sexo _____

3. Refira o seu estado civil _____

4. Escreva o nome da localidade/ concelho a que pertence _____

5. Mencione a idade tinha quando imigrou _____

6. Escreva o número de elementos que constituem o seu agregado familiar _____

7. Assinale as habilitações académicas que possuía no momento em que imigrou:

7.1. 4º ano de escolaridade

7.2. 9º ano de escolaridade

7.3. 12º ano de escolaridade

7.4. Curso médio

7.5. Curso superior

7.6. Outras

7.6.1. Indique quais _____

8. Indique as principais razões que o levaram a imigrar:

8.1. Económicas

8.2. Sociais

8.3. Religiosas

8.4. Culturais

8.5. Políticas

8.7. Outras

8.7.1. Indique quais _____

9. Mencione o País que escolheu para imigrar _____

10. Assinale as razões que considerou mais importantes para a escolha desse país:

10.1. Tinha família/amigos nesse país

10.2. Já sabia falar a língua

10.3. Era mais fácil aprender a língua

10.3. Era mais fácil a viagem

10.4. Já tinha emprego pré-determinado

10.5. Conhecia a remuneração que ia auferir

- 10.6.** Conhecia o apoio dado aos trabalhadores imigrantes
- 11.** Refira se o processo de deslocação foi feito de:
- 11.1.** Forma legal
- 11.2.** Forma clandestina ou ilegal
- 12.** Assinale quais foram as principais dificuldades que sentiu no país de acolhimento:
- 12.1.** Legalizar a sua situação (no caso de ter respondido à questão 11.2.)
- 12.2.** Trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação
- 12.3.** Sentiu discriminação de origem:
- 12.3.1.** Étnica
- 12.3.2.** Social
- 12.3.3.** Económica
- 12.4.** Essa discriminação teve impactos a nível da:
- 12.4.1.** Habitação
- 12.4.2.** Saúde
- 12.4.3.** Educação
- 13.** Mencione se, no sentido de uma integração na sociedade, teve algum apoio dado por uma:
- 13.1.** Autarquia
- 13.2.** Organização religiosa
- 13.3.** Organização Não Governamental
- 13.4.** Instituição Privada de Solidariedade Social
- 13.5.** Outras associações
- 13.5.1.** Indique o nome _____
- 14.** Escreva o tipo de trabalho realizado nesse País _____

15. Indique se esse tipo de trabalho lhe permitiu obter algumas poupanças:

Sim

Não

No caso de ter respondido sim à questão 15

16. Escreva o(s) sector(es) em que foram aplicadas essas poupanças _____

17. Assinale onde/como foram investidas essas poupanças:

17.1. No País de acolhimento

17.2. No País de origem

17.1. Na criação de uma empresa familiar

17.2. Na criação de uma empresa que criou postos de trabalho

18. Esse investimento teve impacto:

18.1. Apenas a nível local

18.2. A nível nacional

18.3. A nível europeu

18.4. A nível mundial

19. Mencione se os países de acolhimento têm políticas nacionais e ou regionais de promoção de integração dos imigrantes Sim Não

20. Indique quanto tempo pensa ou pensou trabalhar no país de acolhimento _____

21. Assinale se sentiu sempre vontade de regressar ao país de origem:

Sim

Não

22. Se respondeu sim, refira as principais razões que contribuíram para o seu regresso. _____

Anexo 2

Entrevista ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Esta entrevista destina-se a uma recolha de informação, que permita clarificar o papel da autarquia sobre a forma como o poder local actua, no sentido de dar respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes.

Agradecemos, desde já, a sua preciosa colaboração.

A integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, onde as autarquias têm um papel crucial, na medida em que se lhes colocam vários desafios, nomeadamente a definição de políticas de integração dos cidadãos migrantes, sendo importante desenvolver uma política de proximidade.

Assim sendo:

- 1.** Que apoios coloca à disposição dos migrantes, no sentido de facilitar a sua legalização?
- 2.** Tenta enquadrar os diferentes migrantes, de acordo com as suas qualificações, em empregos adequados à sua formação ou segue outros critérios? Quais?
- 3.** Que papel desempenha a autarquia com vista a uma integração social e cultural, impedindo ou minimizando a sua discriminação?
- 4.** Fomenta actividades culturais de integração? Quais e como?
- 5.** Dá apoio logístico com a finalidade de que eles possam recriar a sua cultura?
- 6.** Preocupa-se com o problema dos migrantes não falarem a língua portuguesa? Que meios disponibiliza e como age face à promoção dessa aprendizagem?

7. Está atento aos problemas e às insatisfações que os mesmos apresentam? Como tenta resolvê-los?

8. Que balanço faz do trabalho da autarquia e que políticas pretende implementar no sentido de contribuir para uma integração plena dos que se radicam no seu concelho?

Anexo 3

Corpus da entrevista

ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Esta entrevista destina-se a uma recolha de informação, que permita clarificar o papel da autarquia sobre a forma como o poder local actua, no sentido de dar respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes.

Agradecemos, desde já, a sua preciosa colaboração.

A integração dos migrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, onde as autarquias têm um papel crucial, na medida em que se lhes colocam vários desafios, nomeadamente a definição de políticas de integração dos cidadãos migrantes, sendo importante desenvolver uma política de proximidade.

Assim sendo:

1. Que apoios coloca à disposição dos migrantes, no sentido de facilitar a sua legalização?

A mobilidade das pessoas levanta questões de integração, no entanto enriquece e diversifica quer os países de origem, quer os de acolhimento. Para responder aos problemas daqueles que decidiram escolher o nosso país para viver ou trabalhar, particularmente no nosso concelho, foi criado o Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI), através de uma parceria entre o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Neste serviço, disponibiliza-se serviço de atendimento e aconselhamento técnico, para os imigrantes de todo o Distrito de Bragança, independentemente da nacionalidade, religião ou etnia. Este atendimento é feito por um Animador, podendo os utentes do serviço encontrar:

- Posto Multimédia: Está disponível para utilização dos utentes, através do mediador, um computador com acesso à Internet, nomeadamente ao www.acime.gov.pt, para que eventuais dúvidas possam ser esclarecidas através da consulta ou pesquisa de informação.

- Telefone SOS Imigrante: É disponibilizado um telefone com acesso directo e exclusivo à linha SOS Imigrante. Esta linha, conta com um atendimento multilingue, tem como principal objectivo esclarecer dúvidas ou questões mais complexas que se coloquem ao imigrante.

- Folhetos de Informação: São disponibilizados um conjunto de folhetos temáticos em 3 línguas – Português, Inglês e Russo – com o objectivo de resumir pontos-chave dos temas de maior relevância para o imigrante: lei da imigração, guia da saúde para o

imigrante, nacionalidade, reagrupamento familiar, programa de retorno voluntário, ensino, etc...

O atendimento é anónimo, tratando entre outros assuntos de: saúde, educação, finanças, segurança social, emprego, contacto com consulados e embaixadas e serviço de estrangeiros e fronteiras.

Para apoiar aqueles que um dia tiveram necessidade de encontrar melhores condições de vida fora de Portugal, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas criaram o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE). Neste serviço o Emigrante pode tratar de assuntos relacionados com a: Segurança Social (pensões de invalidez, velhice, complemento de reforma, incapacidade de trabalho...), troca de carta de condução, legalização de viaturas, articulação com outras instituições de forma a auxiliar na resolução de vários problemas.

2. Tenta enquadrar os diferentes migrantes, de acordo com as suas qualificações, em empregos adequados à sua formação ou segue outros critérios? Quais?

No caso dos Emigrantes a necessidade de acompanhamento a este nível não foi até hoje solicitada, pois é nos países de acolhimento, junto das entidades locais que eles procuram apoio e respostas a este nível.

No caso específico dos Imigrantes, o CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) procura articular com as entidades locais, regionais e nacionais públicas e privadas e, por vezes contactando directamente possíveis empregadores, para a resolução deste tipo de situações. É comum o Imigrante ter formação e procurar os nossos serviços para obter informações sobre como requerer a equivalência escolar em Portugal dos certificados obtidos no país de origem, procurarem auxílio quando estão desempregados e necessitam de encontrar novo emprego e em algumas situações pontuais em que foram enganados pelas entidades patronais (não tinham contrato, não tinham as contribuições para a Segurança Social e Finanças em ordem como julgavam...), sendo os Imigrantes apoiados pelo animador no contacto com o Centro de Emprego, os Serviços de Finanças, a Segurança Social, entre outros, objectivando a resolução de cada situação.

3. Que papel desempenha a autarquia com vista a uma integração social e cultural, impedindo ou minimizando a sua discriminação?

Actualmente a autarquia apoia a Associação Comercial local na realização da Festa do Emigrante. Este certame realiza-se anualmente, proporcionando aos migrantes um espaço de convívio e de lazer, reconhecendo a sua muita importância na economia local e divulgando junto dos participantes estes 2 serviços que o Município lhes disponibiliza.

Ainda não foi solicitada até ao momento qualquer outro tipo de apoio por parte de grupos formais ou informais de migrantes, para a organização de eventos, mas está o Município disponível para colaborar sempre que seja solicitado e possível.

4. Fomenta actividades culturais de integração? Quais e como?

Todos os serviços e eventos que já referi anteriormente, a par com todo um conjunto de actividades culturais e recreativas de carácter mais regular que existem no Concelho (teatros, actividades desportivas, certames, debates e conferências, festas e romarias...) e nas quais elas podem participar e muitos deles já participam, contribuem como veículo facilitador da aproximação sócio-cultural dos migrantes à cultura local.

5. Dá apoio logístico com a finalidade de que eles possam recriar a sua cultura?

O nosso Concelho sempre se caracterizou mais pela emigração do que pela imigração. A imigração é um fenómeno recente e pouco significativo no nosso concelho, sendo que os imigrantes se integram com alguma facilidade nos hábitos e cultura de vida locais. Apesar de tudo estamos atentos à variação destes fluxos e sempre que seja solicitado ao Município apoio para estes fins, obviamente seremos os primeiros a apoiar as suas iniciativas, tal como apoiamos diversas iniciativas de associações locais.

6. Preocupa-se com o problema dos migrantes não falarem a língua portuguesa? Que meios disponibiliza e como age face à promoção dessa aprendizagem?

Estamos muito sensibilizados para esta questão específica, pois a integração dos imigrantes é fortemente condicionada pelo domínio ou não da língua portuguesa. Os imigrantes que se deslocam aos nossos serviços e que solicitem apoio nesse sentido, obterão certamente uma resposta técnica adequada com informação das entidades que os podem auxiliar na aprendizagem da língua portuguesa.

7. Está atento aos problemas e às insatisfações que os mesmos apresentam? Como tenta resolvê-los?

No concelho de Macedo de Cavaleiros é fácil para os imigrantes expressarem a sua opinião e darem os seus contributos, pois existe um serviço específico só para trabalhar com eles na Câmara Municipal, que é o CLAI. Neste serviço eles podem e devem apresentar as suas questões e os seus problemas que terão o apoio adequado para a sua resolução.

8. Que balanço faz do trabalho da autarquia e que políticas pretende implementar no sentido de contribuir para uma integração plena dos que se radicam no seu concelho?

Estamos muito satisfeitos com os resultados obtidos até ao momento, pois a qualidade de serviços é reconhecida e elogiada pelos utilizadores.

O Município de Macedo de Cavaleiros tem uma especial preocupação e atenção para as questões relacionadas com a migração.

Procuramos apoiar e receber os que no nosso concelho procuram desenvolver a sua vida pessoal e profissional e complementarmente contribuir para o desenvolvimento local e regional, através da disponibilização de serviços de proximidade e da promoção de eventos que facilitem a sua participação na vida social e cultural local.

Sabemos que ainda temos um longo percurso para fazer no sentido de facultar serviços de excelência que dêem resposta a todas e quaisquer questões colocadas pelos migrantes, mas estamos optimistas, pois com as respostas dos serviços já disponíveis, entre os quais o CLAI, único Gabinete existente na nossa região, temos conseguido facilitar a integração e responder às solicitações dos migrantes do Concelho.